

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN - FAUeD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
GABRIEL VICTOR MARTINS DE CAMPOS



LAZER E O DIREITO À CIDADE:
a ludicidade no espaço urbano de Belo Horizonte



UBERLÂNDIA-MG
2021

GABRIEL VICTOR MARTINS DE CAMPOS

**LAZER E O DIREITO À CIDADE: a ludicidade no espaço urbano de
Belo Horizonte**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Projeto, espaço e cultura

Linha de pesquisa: Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação

Orientador: Profº Drº Adriano Tomitão Canas

Coorientadora: Profª Drª Fabiana Andrade Bernardes Almeida

UBERLÂNDIA-MG

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C198
2021 Campos, Gabriel Victor Martins de, 1994-
Lazer e o direito à cidade [recurso eletrônico] : a
ludicidade no espaço urbano de Belo Horizonte / Gabriel
Victor Martins de Campos. - 2021.

Orientador: Adriano Tomitão Canas.
Coorientadora: Fabiana Andrade Bernardes Almeida.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.94>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Canas, Adriano Tomitão, 1968-,
(Orient.). II. Almeida, Fabiana Andrade Bernardes, 1977-,
(Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia.
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	oito de fevereiro de 2021	Hora de início:	14:00h	Hora de encerramento:	16:30h
Matrícula do Discente:	11822ARQ010				
Nome do Discente:	Gabriel Victor Martins de Campos				
Título do Trabalho:	Lazer e direito a cidade: a ludi(cidade) no espaço urbano de Belo Horizonte.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Arte, Arquitetura e Cidade				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Prof.^ª Dr.^ª Adriana Gomes do Nascimento – UFSJ; Prof. Dr. Luiz Carlos de Laurentiz – PPGAU.FAUeD.UFU; Prof.^ª Dr.^ª Fabiana Andrade Bernardes Almeida (Orientador(a)) – UFMG e Adriano Tomitão Canas – PPGAU.FAUeD.UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Adriano Tomitão Canas, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Tomitão Canas, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/02/2021, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos de Laurentiz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/02/2021, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Victor Martins de Campos, Usuário Externo**, em 09/02/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana GOMES DO NASCIMENTO, Usuário Externo**, em 09/02/2021, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Andrade Bernardes Almeida, Usuário Externo**, em 10/02/2021, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2552424** e o código CRC **41C92688**.

*Aos corpos que resistem em meio a
cidade capitalista.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, o Criador, pelo dom da vida e por ter me concedido saúde para conclusão desta etapa.

Agradeço a minha família! Aos meus pais, Arlette e Gustavo, por todo amor, carinho e, sobretudo, o apoio fundamental para que eu pudesse cursar e concluir este mestrado. Aos meus avós maternos Lourença e Milton Lopes (*in memoriam*) que foram presença ativa na minha criação e formação pessoal e sempre foram fonte de amor e carinho; e aos meus avós paternos Milton José e Aldemi (*in memoriam*) pelos exemplos de dedicação à família e altruísmo. Ao meu irmão pelo companheirismo de sempre. A todos meus familiares que torceram para a concretização deste sonho, fica expressa aqui minha gratidão.

Agradeço a universidade pública brasileira! Bem como a oportunidade de ter estudado em duas das melhores universidades do Brasil. Agradeço ao curso de Turismo da UFMG por ter me proporcionado uma formação humana e questionadora; sou extremamente grato às professoras e professores que passaram por mim durante essa etapa da minha vida. Também demonstro a minha gratidão ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFU por abraçar e aceitar minha proposta de trabalho; aos professores do PPGAU, obrigado pelos ensinamentos, dicas e por todo apoio; ao corpo técnico-administrativo e à todos trabalhadores e trabalhadoras que se dedicam diariamente para que ocorra o pleno funcionamento de todos os setores da universidade.

Agradeço ao meu orientador, Adriano Tomitão Canas, que acolheu a mim e ao meu trabalho de forma que tornou a caminhada mais leve. Agradeço por todas as conversas, leituras e trocas riquíssimas proporcionadas durante todo esse tempo, com a esperança de que continuemos, de alguma forma, a intercambiar ideias. Gratidão, também, à minha coorientadora, Fabiana Andrade Bernardes Almeida, que me inspira desde a graduação na busca pela valorização das pesquisas e dos pesquisadores no Turismo. Agradeço por contribuir com seu olhar atento e sensível durante a segunda etapa dessa pesquisa.

Aos membros da banca, professores Adriana Gomes do Nascimento e Luiz Carlos de Laurentiz, sou grato pelos apontamentos e contribuições. Agradeço por aceitarem o convite de compor a banca tanto de qualificação quanto de defesa final e, assim, contribuir para a construção deste trabalho.

Aos blocos de Carnaval de Belo Horizonte, sobretudo os que contribuíram diretamente para a minha pesquisa: Monobloco, Tchanzinho Zona Norte, Juventude Bronzeada, Baianas Ozadas e Chama o Síndico.

Agradeço também o coletivo Família de Rua pelo apoio na participação das duas edições da final do Duelo de MC's. Também sou grato a todas as pessoas que conversei formal e informalmente durante todo este processo, agradeço especialmente ao músico Thales Silva (minimalista) e ao ativista Rafael Barros pelas contribuições.

Aos meus amigos e colegas, antigos e novos, inclusive os que fiz durante o tempo que estive na cidade de Uberlândia. Por fim, deixo a minha gratidão a todos que torceram por mim e me ajudaram de alguma forma durante este complicado percurso. O meu MUITO OBRIGADO!

*Negro drama, eu sei quem trama
e quem tá comigo,
O trauma que eu carrego
pra não ser mais um preto fodido.*

Negro Drama – Racionais MC's

*Ela virá, a revolução, e trará ao povo, não
só direito ao pão, mas também à poesia*

Leon Trótsky

RESUMO

Partimos de uma primeira observação de dinâmicas recentes que tem ocorrido na Praça da Estação e seu entorno imediato. Para análise dessas dinâmicas escolhemos três movimentos que tiveram a Praça como berço e foram responsáveis por atrair outras iniciativas culturais, artísticas e de resistência para a região da Praça. Portanto, buscamos investigar de que forma o caráter lúdico do lazer pode ser usado como instrumento de luta em favor da oferta de espaços mais democráticos em Belo Horizonte. Assim, procuramos refletir, por meio deste trabalho, sobre as ações de cunho lúdico nos espaços públicos a partir da perspectiva do lazer enquanto manifestação política pelo direito à cidade, tendo como base as atividades elencadas anteriormente, que tiveram como ponto inicial a região da Praça da Estação. Por fim, analisaremos a influência dessas formas de uso e apropriação do espaço na refuncionalização (ou reestruturação) da região da Praça da Estação, em Belo Horizonte. Quanto a questões metodológicas, os procedimentos incluíram pesquisa bibliográfica, documental (sobretudo *blogs* e noticiários colaborativos) e empírica (do tipo pesquisa-participante). A pesquisa foi escrita em forma de ensaios sobre os temas lazer e direito à cidade, sendo que dentro deste universo tratamos, de forma teórica, sobre a relação do lazer com o espaço e o tempo, com enfoque na sociedade capitalista/moderna; abordamos as possibilidades de mudanças sócio-espaciais por meio do papel revolucionário dos sujeitos nos territórios; e por fim, analisamos os movimentos da Praça da Estação. Acreditamos que o Duelo de MC's, a Praia da Estação e o Carnaval de rua em Belo Horizonte se mostram como caminhos possíveis para a construção de resistências urbanas “não-convencionais”; bem como abre a possibilidade de novas cotidianidades lúdicas em espaços especialmente simbólicos da cidade. Identificamos, nesses movimentos, a importância do papel dos sujeitos enquanto produtores de resistências aos processos de intensificação do modelo neoliberal nos espaços.

Palavras-chave: lazer; direito à cidade; ludicidade; Belo Horizonte.

Abstract

We start from a first observation of recent dynamics that has taken place in Praça da Estação and its immediate surroundings. To analyse those dynamics we chose three movements that had the Square as their nest and were responsible for attracting other cultural, artistic and resistance initiatives to the region of the Square. Therefore, we seek to investigate how the ludic character of leisure can be used as an instrument of struggle in favor of offering more democratic spaces in Belo Horizonte. Thus, we try to reflect, through this work, on ludic actions in public spaces from the perspective of leisure as a political manifestation for the right to the city, based on the activities listed above, which had as their starting point the region of Praça da Estação. Finally, we will analyse the influence of these forms of use and appropriation of space in the refunctionalisation (or restructuring) of the region of Praça da Estação, in Belo Horizonte. As for methodological issues, the procedures included bibliographic, documentary (mainly collaborative blogs and collaborative news) and empirical research (research-participant type). The research was written in the form of essays on the themes leisure and the right to the city, and within this universe we deal, in a theoretical way, on the relationship of leisure with space and time, focusing on capitalist/modern society; we approach the possibilities of socio-spatial changes through the subjects' revolutionary role in the territories; and finally, we analyse the movements of Praça da Estação. We believe that the Duelo de MC's, Praia da Estação and the Carnaval de rua in Belo Horizonte are shown as possible ways to build "unconventional" urban resistances; as well as opening up the possibility of new ludic daily lives in especially symbolic spaces in the city. We identified, in these movements, the importance of the subjects' role as producers of resistance to the processes of intensification of the neoliberal model in spaces.

Key-words: *leisure; right to the city; ludicity; Belo Horizonte.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Movimentos culturais insurgentes [na região da Praça da Estação]	12
Figura 2	Charge	18
Figura 3	Cartaz do Duelo de MC's, 2007	19
Figura 4	O Rap das minas	21
Figura 5	Flyer vá de branco	23
Figura 6	Flyer vá de branco	23
Figura 7	Flyer vá de branco	24
Figura 8	Praia da Estação	25
Figura 9	Desfile do bloco Corte Devassa	27
Figura 10	movimento de maio de 1968 na França	55
Figura 11	movimento de maio de 1968 na França	56
Figura 12	“debaixo da praça, a praia”	57
Figura 13	“debaixo da praça, a praia”	57
Figura 14	ocupe o Largo da Batata	58
Figura 15	occupy Wall Street	59
Figura 16	occupy Wall Street	59
Figura 17	Centro de Belo Horizonte antes do “Centro Vivo”	62
Figura 18	Centro de Belo Horizonte antes do “Centro Vivo”	62
Figura 19	Centro de Belo Horizonte depois do “Centro Vivo”	63
Figura 20	Centro de Belo Horizonte depois do “Centro Vivo”	63
Figura 21	Vista parcial da Praça Rui Barbosa em Belo Horizonte (MG)	64
Figura 22	Praça da Estação antes do Centro Vivo	67
Figura 23	Praça da Estação após o Centro Vivo	67
Figura 24	Praça da Estação rodeada por muros	69
Figura 25	Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação	70
Figura 26	Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação	70
Figura 27	Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação	71
Figura 28	Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação	71
Figura 29	Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação	72
Figura 30	Duelo de MC's	75
Figura 31	Duelo de MC's	75
Figura 32	Final Duelo Nacional 2018	77
Figura 33	Final Duelo Nacional 2019	78
Figura 34	Final Duelo Nacional 2019	80
Figura 35	Final Duelo Nacional 2019	80

Figura 36	Final Duelo Nacional 2019	81
Figura 37	Final Duelo Nacional 2019	81
Figura 38	Final Duelo Nacional 2018	82
Figura 39	Final Duelo Nacional 2018	82
Figura 40	Decreto municipal	83
Figura 41	Praia da Estação	85
Figura 42	<i>Queremos praia!</i> – Grupo Galpão	86
Figura 43	<i>Queremos praia!</i> – Grupo Galpão	86
Figura 44	Intervenção <i>Praia</i>	87
Figura 45	<i>A Ilha</i> – [Conjunto Vazio]	87
Figura 46	Praia da Estação	88
Figura 47	Chamada <i>Piscinão de Ramos</i> – Coletivo [Conjunto Vazio]	90
Figura 48	Praia da Estação	91
Figura 49	Praia da Estação	92
Figura 50	Praia da Estação	92
Figura 51	Praia da Estação	93
Figura 52	Praia da Estação	93
Figura 53	Faixa de protesto no cortejo do bloco Juventude Bronzeada	97
Figura 54	Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	98
Figura 55	Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	98
Figura 56	Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	98
Figura 57	Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	99
Figura 58	Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	99
Figura 59	Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	99
Figura 60	Cortejo do bloco Monobloco	102
Figura 61	Cortejo do bloco Monobloco	102
Figura 62	Cortejo do bloco Monobloco	103
Figura 63	Cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte	103
Figura 64	Cortejo do bloco Baianas Ozadas	104
Figura 65	Cortejo do bloco Baianas Ozadas	104
Figura 66	Cortejo do bloco Juventude Bronzeada	105
Figura 67	Cortejo do bloco Juventude Bronzeada	105

SUMÁRIO

Introdução	14
1- A complexidade do espaço (urbano) e o lazer	32
2- O papel do lazer na produção e consumo do espaço urbano	37
3- Lazer, tempo livre e capitalismo	44
4- Direito à cidade: cultura e ativismos	51
5- Revitalização: discursos e práticas em Belo Horizonte	64
6- Duelo de MC's: a propagação da cultura da rua	78
7- O “lugar praia”	87
8- O carnaval e a força da onda que nasce na praia	98
9- Encerrar o que não tem fim...	111
Referências bibliográficas	114

INTRODUÇÃO

“A praça é o farol”

Por vezes, a ideia de praça nos remete ao termo espaço público; e também o oposto: quando falamos de espaço público tendemos a materializar esse conceito na forma de praças ou parques – esse segundo, embora de natureza pública, já incorporou, em sua maioria, características privadas: cercamento, limitações de horários e acessos, etc. Será possível que a praça é o único elemento urbano associado a espaço aberto, plural e de uso público e democrático? Longe de querer pôr fim a esses questionamentos, inicio essa dissertação ampliando olhares sobre como a ideia de praça está presente na cidade contemporânea.

A praça é, em essência, local de encontro, reunião, confluências e debates de ideias. Lugar em que os cidadãos podem se reconhecer enquanto tal e desfrutar da cidade. Lugar de aproximações, onde a cidade se faz cidade, pois há a possibilidade da experiência e alteridade urbana, onde a presença do(s) outro(s) é elemento necessário para formação das identidades urbanas.

A praça, que já foi a *ágora* grega, espaço de decisão política da/*na cidade política*, existiu e resistiu nas cidades *comercial*, *industrial*, e sobrevive na *cidade financeira*, ou, no que Lefebvre chamou de sociedade urbana. Contudo algumas de suas funções foram sendo alteradas a partir dos processos da reprodução social *do e no* espaço. Se na cidade comercial a praça era tida como local de trocas de mercadorias, a partir da industrialização e crescimento desordenado (ou não) das cidades, a praça vai adquirindo novos usos, como o de lazer e descanso; porém, é nesse período que também há uma descaracterização dos espaços públicos e a consequente perda de sentido da praça como local de encontro, motivadas, sobretudo, por meio de intervenções urbanas – como abertura ou alargamento de vias, projetos de “revitalizações” ou “requalificação” urbana, entre outros.

Obviamente, o caráter privatista da sociedade atual tem influenciado na forma como lidamos com a ideia das praças como espaços públicos. Arantes (1995) já tecia considerações sobre a descaracterização dos lugares públicos e a tentativa dos arquitetos modernistas de recuperarem o caráter coletivista da cidade:

No intuito de devolver a cidade moderna à coletividade expropriada ao longo do processo de constituição das grandes aglomerações

urbanas contemporâneas, arquitetos e urbanistas entregaram-se, particularmente a partir de meados dos anos 1960, a uma verdadeira obsessão pelo lugar público. (ARANTES, 1995, p. 97)

A crítica que faço a esses arquitetos (e que, obviamente, outros já fizeram antes de mim), reside no fato de não considerarem a totalidade espacial. O espaço, e suas formas e funções, estão condicionados a estruturas que dão razão a esses elementos. É evidente a relação entre arquitetura e estrutura sob o ponto de vista projetual. É indispensável a dimensão estrutural em qualquer projeto arquitetônico; sendo esta dimensão (a estrutural), muitas vezes responsável pela identidade e destaque de determinados projetos. Aqui a dimensão estrutural é vista somente enquanto funcionalidade técnica.

Retornemos, então, aos sentidos possíveis da palavra estrutura, que remete à sustentação, estabilidade. Do ponto de vista sociológico, estruturalmente, o que consolida e perpetua a sociedade capitalista enquanto tal, são as bases econômicas sustentadas pela classe dominante, por meio do uso da força e da ideologia. É este o significado de estrutura que pretendo incorporar a este debate.

Que relações teriam, portanto, essa outra dimensão da palavra estrutura com a arquitetura e a produção do espaço? Ora, se as bases estruturantes da sociedade são responsáveis pelas formas de produção inseridas nelas, a produção do espaço também está totalmente condicionada ao modo estruturante de produção econômica, e não deve ser analisada, tampouco sofrer intervenções, que desconsidere o alicerce sob a qual se encontra seu objeto.

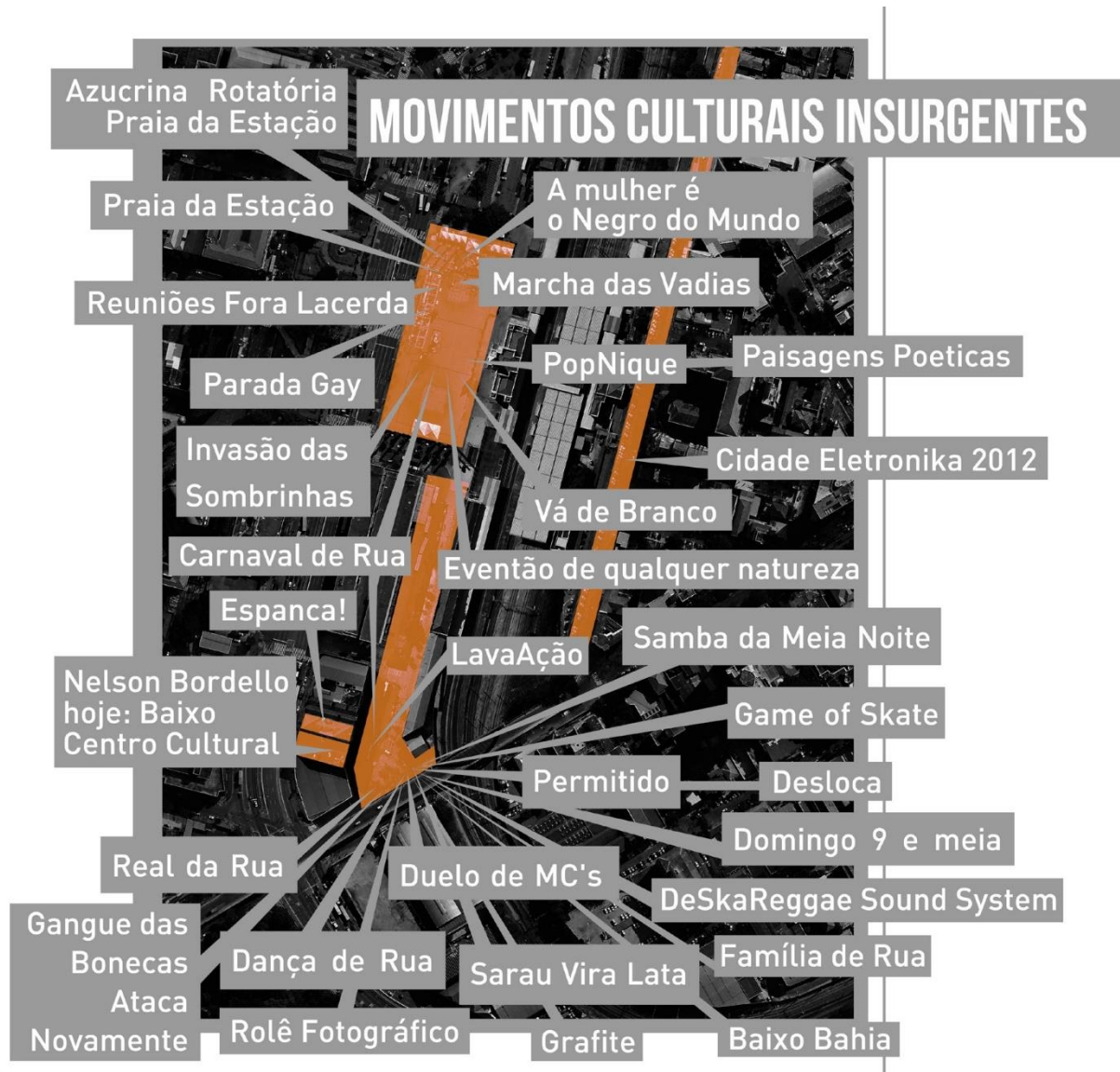
Em outras palavras, na medida em que não faria sentido uma “praça comercial” na pólis grega, de maneira semelhante, a ideologia predominante na sociedade moderna-ocidental não tem os espaços públicos como ambientes de encontro, uma vez que estes foram “substituídos” por espaços privados e de consumo massificado – os *shoppings centers* são grandes exemplos disso.

Assim, penso que qualquer tentativa de mudança do caráter público dos espaços das cidades que se pautam somente nas formas e funções dos espaços, sobretudo de caráter neoliberal, tendem a configurar-se como medidas incompletas e impostas sobre o território; sendo necessário alterar, também, a relação que a sociedade possui com estes espaços, a fim de se alcançar uma reestruturação sócio-espacial. Isso implicaria, também, em profundas mudanças no modo de organização e reprodução da vida social.

As tentativas de (re)apropriação dos espaços públicos não devem se furtar, portanto, na busca pela transformação desses *espaços* em *lugares*, recheados de identidade e pertencimento por parte da população que os usam. Isso contribui não só para um uso democrático da cidade, mas também pra formação da identidade coletiva dos sujeitos que estão presentes nelas.

Aqui, a Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação, localizada no Hipercentro de Belo Horizonte, será o objeto de análise dessa dissertação. Ela foi escolhida pelo fato de concentrar manifestações distintas, mas que possuem similaridades, sobretudo no sentido dos discursos de ocupar a cidade a fim de reivindicar direitos diversos, como podemos observar na seguinte imagem:

Figura 1: Movimentos culturais insurgentes [na região da Praça da Estação]



Fonte: Berquó (2015)

A praça que nasceu em função da construção da nova capital, também teve sua importância durante a construção da cidade, concentrando os fluxos. Ela abrigava a estação de trem, a única responsável pela entrada e saída de pessoas e mercadorias. Teve seus usos alterados em função da valorização do transporte rodoviário a partir da década de 1950, o que tornou as ferrovias e estações de trem obsoletas.

A praça foi e é um importante palco de manifestações políticas e culturais da capital e, apesar de já ter passado por algumas reformulações relativamente recentes (início dos anos 2000), ela foi alvo de novas propostas de projetos urbanísticos de caráter higienista no ano de 2013. Uma vez que a resistência a essa proposta partiu, sobretudo, dos movimentos ali presentes, percebemos a importância desses movimentos não só para o espaço físico da Praça, mas também enquanto berço de resistências coletivas na cidade.

Posto isto, este trabalho pretende investigar a Praça da Estação por meio de três iniciativas populares que tiveram a praça como início ou ponto de fortalecimento dessas manifestações. Portanto, os movimentos selecionados para essa pesquisa são a *Praia da Estação*, o *Duelo de MC's* e o *Carnaval de rua*.

As principais ações têm como vertente a prática do lazer nos espaços públicos e reivindicam a democratização dos espaços públicos, no sentido da acessibilidade e disponibilidade para o uso. Aqui denominaremos essas ações como ativismo cultural. Portanto, investigaremos de que forma o caráter lúdico do lazer pode ser usado como instrumento de luta em favor da oferta de espaços mais democráticos em Belo Horizonte.

Assim, procuraremos refletir, por meio deste trabalho, sobre as ações de cunho lúdico nos espaços públicos a partir da perspectiva do lazer enquanto manifestação política pelo direito à cidade, tendo como base as atividades elencadas anteriormente, que tiveram como ponto inicial a região da Praça da Estação. Por fim, analisaremos a influência dessas formas de uso e apropriação do espaço na refuncionalização (ou reestruturação) da região da Praça da Estação, em Belo Horizonte.

Por uma ciência-saber

Definir um método pode ser entendido como o esforço de traçar um caminho a ser percorrido como forma de orientação para que se atinja objetivo(s). Definir métodos, percorrer caminhos, buscar/aprimorar/inventar metodologias que facilitem a transposição desses caminhos, são ações comuns em diversas atividades da vida; porém, o argumento, proveniente da ciência moderna, é que é preciso rigor e precisão para que tal método seja considerado científico, contudo, tal como também questiona Hissa (2013), como negar a presença de rigor e precisão nas artes: na literatura, na música?

[É] como se o rigor e a precisão pudessem excluir a subjetividade, a imaginação, a inventividade, ideias tradicionalmente associadas à desordem, ao caos e à arte. Como se a arte, com sua liberdade criadora, dispensasse o rigor e a precisão. (MELO 2006, p. 21).

Hissa (2013, p. 25) ainda faz críticas ao método científico e seu texto. Assim, contraditoriamente, a ciência que tem a pretensão de explicar o mundo é a mesma que se fecha para ele: “o texto científico convencional, hermético, não dialoga como deveria com outros saberes, com os leitores, com o mundo. Ele não é trabalhado para isso”. Portanto, que saberes são produzidos por essa ciência que nega quaisquer outros saberes e assume como verdadeiro somente aquele que passa pelo crivo de seu método hermético? (*Ibidem*, 2013).

A ciência que se autoproclama como detentora de toda razão é a mesma que nega todas as outras formas de conhecimento, saberes e vivências que são, por vezes, anteriores à criação dela. (HISSA, 2013) “A ciência deseja transformar mundos? Deseja transformar a si própria?” (*Ibidem*, 2013, p. 33).

A objetividade e o engessamento exigidos e, por vezes, extremamente valorizados, pela ciência moderna, são partes dessa lógica que faremos o esforço de tentar nos afastar. Para Santos (2008) a ciência pós-moderna considera, também, os conhecimentos vulgar e prático e assume que o conhecimento científico deve se converter em senso comum. Dessa forma, todo conhecimento deve ser, ao

mesmo tempo: (1) total e local, (2) não fragmentado, (3) não segregado e especializado de acordo com a lógica da ciência moderna¹.

Além disso, também assumimos que a produção do conhecimento científico é também orientada com base em uma lógica geopolítica global, regional e local. Essa lógica é responsável por subalternizar a história de continentes, nações e grupos em detrimentos de outros, uma vez que a decisão sobre quem contará a história de quem fica a cargo da dominação (ou não) de um sobre o outro. Como canta o rapper Emicida sobre os negros do Brasil, continuamos a ser “tema da faculdade em que não pode[mos] pôr os pés”².

Assim, devemos entender, sobretudo, que o estudo do espaço não deve considerá-lo somente enquanto uma superfície homogênea no qual os fenômenos se dão de maneira aleatória, mas sim enquanto um campo de forças que se apresenta de forma desigual (SANTOS, 2004). Ao passo que o espaço condiciona as relações sociais, ele também é resultado de ações humanas impostas sobre ele.

Sob este olhar, devemos entender que as relações sociais presentes em dado território se dão de maneira a tecer uma complexidade que não deve ser analisada separadamente, como o pensamento sistêmico o faz. A ideia de sistemas limita as reflexões, portanto, é o caminho da complexidade que devemos buscar.

Considerando a etimologia da palavra *complexus*: “aquilo que é ‘tecido’ junto” (MORIN, 2005, p. 215), entende-se que o estudo da complexidade se esforça no sentido de compreender o todo, sob necessidade de se romper com o modelo paradigmático do método da ciência moderna fundado por Galileu Galilei tendo como precursores Descartes, Newton, Bacon – dentre outros –, e que perpetuou como único método aceito até os dias atuais.

É com esse olhar que iniciamos as considerações sobre o caminho a ser percorrido pela pesquisa. Caminho que, como revela o trecho abaixo, só se concretiza ao ser percorrido, sendo essa tentativa de delimitação, uma espécie de

¹ “As ciências humanas não têm consciência dos caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos. As ciências naturais não têm consciência da sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. As ciências não têm consciência do seu papel na sociedade. As ciências não têm consciência dos princípios ocultos que comandam as suas elucidações. As ciências não têm consciência de que lhes falta uma consciência” Edgar Morin.

Em: MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2005. 350p.

² Em: Emicida – Boa Esperança: <https://www.youtube.com/watch?v=s96Xp0EmfDw>

traçado tortuoso, cheio de encruzilhadas a serem cruzadas (HISSA, 2013) quando o caminho se torna, de fato, caminho.

Na origem, a palavra “método” significa caminho. Aqui temos de aceitar caminhar sem caminho, fazer o caminho no caminhar. O que dizia Machado: *Caminante no hay camino, se hace camino al andar*. O método só pode formar-se durante a investigação; só pode desprender-se e formular-se depois, no momento em que o termo se torna um novo ponto de partida, desta vez, dotado de método (MORIN, 1977 apud GONTIJO, 2003, p. 25).

Hissa, na passagem seguinte também nos alerta sobre as incertezas dos percursos das pesquisas, pois, como reforça o próprio autor, “a pesquisa não é a mera ligação de pontos em linha reta com início e fim predeterminados” (2013, p. 26).

Anunciados por um determinado título, os textos vão se escrevendo e se escorregando para uma espécie de derradeira acolhida de palavras, um falso fim. Enquanto não se chega lá, não se sabe ao certo qual é o caminho que se vai seguir: a avenida iluminada, a ruela estreita, o atalho em segredo, a trilha escondida? De repente, percebe-se que o título já não é mais o mesmo (HISSA, 2013, p. 26).

Esta dissertação estruturar-se-á, portanto, em textos ensaísticos³ sobre os diversos temas que envolvem: lazer e o direito à cidade, sendo que dentro deste universo trataremos, de forma teórica, sobre a relação do lazer com o espaço e o tempo, com enfoque na sociedade capitalista/moderna; abordaremos as possibilidades de mudanças sócio-espaciais por meio do papel revolucionário dos sujeitos nos territórios, aqui temos como foco refletir sobre a importância do lazer, arte e cultura na emancipação dos sujeitos enquanto produtores de seus espaços; e por fim, analisaremos os movimentos da Praça da Estação.

Dessa forma, os primeiros ensaios visam fortalecer as bases teórico-conceituais da pesquisa, enquanto, nos últimos, apresentamos as análises empíricas da pesquisa, que envolve, sobretudo, o envolvimento do pesquisador com

³ Sobre a estrutura do texto ensaístico, Hissa (2013) afirma que a distinção do texto científico do ensaístico proveniente da ciência moderna parte da suposição de que o primeiro deve possuir rigor e precisão. “Mas não haverá argumento, rigor e precisão na escrita ensaística em Walter Benjamin (1892-1940)? Não haverá precisão e argumento na escrita ensaística de Montaigne (1533-1592)?” (HISSA, 2013, p. 24).

os objetos da pesquisa, além de conversas formais e informais com participantes e ativistas de Belo Horizonte que organizam e/ou apoiam as atividades analisadas.

Também foi dado enfoque ao caráter performático dos movimentos, portanto foram feitos registros fotográficos dos movimentos investigados. Foram realizadas pesquisas bibliográficas a fim de se apoiar em teorias já desenvolvidas por autores das áreas; documentais; e, por fim, empíricas a fim de confrontar com a teoria e propor discussões sobre as relações da prática de lazer e o direito à cidade em Belo Horizonte. A pesquisa empírica se deu sob a forma de pesquisa participante⁴.

A ciência-saber é vagar, é paciência, é lentidão, é artesanaria. É a arte de saber o mundo. A ciência-saber é mistura e compartilhamento, envolvimento. É presença do sujeito. É discurso em prol da sabedoria. É discurso contra corrupção da arte em nós e contra a corrupção da arte na ciência. É discurso em prol da ciência que interpreta, representa, afeta e se deixa afetar, que se assume como a arte da leitura do mundo desenhada pelos sujeitos que cultivam a sua presença na sua própria leitura. (HISSA, 2013, p. 21).

A partir das considerações de Hissa (2013), empreenderei todos os esforços para que esta dissertação esteja afetada por todos os sujeitos presentes nela, incluindo o próprio pesquisador. Não se trata aqui, da negação de toda contribuição construída pela ciência moderna, mas sim do reconhecimento de sua incapacidade perante a complexidade ao qual as relações sociais e humanas estão condicionadas.

Reforço aqui o esforço em realizar uma pesquisa que considere também as subjetividades dos sujeitos envolvidos – incluindo do próprio pesquisador. Considerar subjetividades significa que, também, assumimos que o caráter mutável das relações sócio-espaciais, bem como as diferentes experiências e olhares para a “realidade” que está posta, exercem influências sobre as pesquisas. Nenhuma produção intelectual é neutra, tal como defendia Gramsci: “viver significa tomar partido”⁵. Como afirma ainda, Hissa (2013, p. 25, grifo nosso) “a ciência, que deseja

⁴ “A proposta da pesquisa participante é trazer à tona a sabedoria e tradição popular no sentido de que estas nos ofereçam pistas para a crise social que vivemos atualmente. Nesse sentido, tal proposta vai de encontro ao que Borda (1984) chamou de ciência emergente ou, ciência popular que, embora encontre seu alicerce no senso comum, possui validade científica já que tem uma racionalidade própria que pode ser demonstrada cientificamente” (ROCHA, 2004).

⁵ Em: Os indiferentes, 1917. <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm>

ser só ciência e nada além disso, produz o seu texto que, contraditoriamente, não precisa ser compreendido por muitos para ser científico e *incorporar poderes*”.

Figura 2: Charge

Minduim Charles M. Schulz



Autor: Charles M. Schulz, s/d.

*[...] Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer [...]
Gilberto Gil – Queremos saber⁶*

⁶ Em: https://www.youtube.com/watch?v=2gs4_MO5n1k

“O que acontece aqui?”

Figura 3: cartaz do Duelo de MC's, 2007



Fonte: Blog Duelo de MC's⁷.

*O entoar, os mc's e o duelo ali a conviver
Com a PM, o escárnio total
e o olhar paternal da zona sul.
Se convir faz tombar,
mais que essas belas fachadas de Belô
Todo esse amor
A Fase Rosa – Desmancha⁸*

*“O que acontece aqui?”
“Duelo de MC's”⁹*

O *duelo de MC's* nasceu em Belo Horizonte com intuito de fortalecer a cultura do RAP e Hip-Hop na cidade. A rua, a praça, o viaduto são palcos dessas culturas

⁷ Fonte: <http://duelodemcs.blogspot.com/2007/10/pra-reforar.html> Acesso em 02/set/2019.

⁸ Em: https://www.youtube.com/watch?v=xJ_M_5x3VXM

⁹ Referência ao grito entoado no início de todos os duelos.

que resistem, de forma transversal, à trama da cidade formal. São sujeitos, grupos, tribos que se reúnem para vivenciar a cultura em forma de experiência, sendo responsáveis por (re)criar territorialidades na cidade, reivindicando pelo direito de poder construir a cidade em que querem viver.

O duelo de MC's foi motivado pela "Liga dos MC's Nacional" – que ocorreu no ano de 2007 – evento de batalhas de MC's que sediava eliminatórias em diversas cidades. A edição de Belo Horizonte motivou alguns MC's e DJs a proporem encontros periódicos. Na semana seguinte ao do evento da Liga, houve um primeiro encontro na Praça da Estação (ANDRADE JÚNIOR, 2013). Neste momento "havia apenas encontros quinzenais de *freestyle* na Praça Sete, sem a proposta de embates, mas que começava a se desmobilizar" (*Ibidem*, 2013, p. 119).

Iniciado na Praça da Estação, migrou-se para onde se encontra, atualmente, a calçada do Centro de Referência da Juventude (antigo Centro Cultural Miguilim), o duelo se firmou no baixio do viaduto Santa Tereza, onde podia estar abrigado das chuvas (ANDRADE JÚNIOR, 2013).

O processo de apropriação do espaço por meio das manifestações culturais do rap e hip-hop, por vezes tidas como marginalizadas, e as tensões geradas a partir disso, são resultados da maneira excludente e segregacionista que a cidade está condicionada. De acordo com Andrade Júnior (2013) a escolha da área central como ponto de encontro se deu por questões de mobilidade.

O Duelo surge, também, impulsionado pela falta de acesso a bens culturais e à cultura institucionalizada, de modo geral. Para além disso, o fato da 'cultura da rua' – músicas, linguagens e estéticas, como o grafitti, práticas como o *skateboarding*, etc – não ser vista ou valorizada enquanto cultura, sobretudo por parte de uma cultura dominante que discrimina quaisquer outras expressões de culturas como inferiores, é um elemento que também faz parte do contexto do surgimento e continuação do Duelo.

Portanto, as manifestações artísticas não se resumem somente às músicas, mas também aos grafittis, a poética das suas manifestações por meio das roupas, penteados e outros adereços que fazem parte da(s) cultura(s), o *skateboarding* e suas práticas; tudo isso, é refletido na (re)criação e ressignificação do espaço apropriado pelo Duelo, questionando os usos previamente estabelecidos sob o viaduto de Santa Tereza, em Belo Horizonte.

Figura 4: O Rap das minas
Final do Duelo Nacional de MC's 2018



Elaborada pelo autor (15/12/2018)

A praia na praça

*Mesmo se o prefeito não deixar
A praia vai rolar, a praia vai rolar
O movimento é indie e sexy
Todo mundo quer entrar, todo mundo quer entrar
[...]
Muitos amigos, sol em Belô
Pura poesia, vida e axé
A Fase Rosa – A praia¹⁰*

A praia da estação é uma manifestação lúdica, artística, cultural que ocorre na Praça da Estação, no hipercentro de Belo Horizonte. Ela nasceu como um protesto

¹⁰ Em: https://www.youtube.com/watch?v=hnLv_PtrgF8

impulsionado pelo decreto nº 13.798, de 9 de dezembro de 2009¹¹, pelo então prefeito Márcio Lacerda (PSB), que proibia eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Os motivos dessa proibição, de acordo com a prefeitura, se pautavam na dificuldade de limitar o público nos eventos e a depredação do patrimônio público da praça.

A mobilização contra a ação arbitrária da Prefeitura de Belo Horizonte iniciou-se por meio da internet. Na segunda-feira, 14 de dezembro de 2009, foi criado o blog Vá de branco, que convocava a população para um protesto contra o decreto, na primeira postagem do blog lemos:

Entenda o decreto que proíbe eventos na Praça da Estação

Participe do Protesto “Vá de Branco” em Prol dos eventos na Praça da Estação.

No dia 10 de dezembro a prefeitura de Belo Horizonte publicou decreto proibindo eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, a partir de 1º de janeiro de 2010.

A justificativa, apresentada no decreto 13.798/09 (do dia 09 de dezembro), é sustentada no artigo 31 da Lei Orgânica Municipal. O documento considera a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública nos eventos na Praça e ainda a depredação do patrimônio público – verificada em decorrência da realização dos últimos eventos.

Os movimentos e grupos culturais foram pegos de surpresa, como a imprensa noticiou.

Participe do protesto, organize discussões: “Vá de branco”!¹²

¹¹ Diário Oficial do Município - DOM:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>. O decreto foi revogado em maio de 2010 por meio do decreto nº 13.960.

¹² Fonte: <http://vadebranco.blogspot.com>

Foram disparados, também, e-mails com os seguintes flyers:

Figura 5: Flyer vá de branco



Fonte: blog vá de branco, 2009¹³

Figura 6: Flyer vá de branco



Fonte: blog vá de branco, 2009¹⁴

¹³ Fonte: <http://vadebranco.blogspot.com>

¹⁴ Fonte: <http://vadebranco.blogspot.com>

Figura 7: Flyer vá de branco



Fonte: blog vá de branco, 2009¹⁵

A partir da reunião convocada para o dia 7 de janeiro de 2010 o *Vá de Branco* virou *Praia da Estação*, que teve seu primeiro banho coletivo no dia 16 de janeiro de 2010. Banhistas/manifestantes puseram seus corpos políticos sob o sol e sobre o concreto árido da praça a fim de construir uma praia democrática, livre e possível de discussões e encaminhamentos sobre as ações autocráticas e antipopular por parte da prefeitura.

A onda que se iniciou em janeiro do ano de 2010 repercute até os dias atuais, tanto em sua forma original – a própria praia – como também em outras que se tornaram tsunamis que vem experimentando crescimento exponencial, como o caso do carnaval de rua.

¹⁵ Fonte: <http://vadebranco.blogspot.com>

Figura 8: Praia da Estação



Elaborada pelo autor (15/12/2018).

“Uma ofegante epidemia”

*E um dia afinal, tinham o direito a uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia que se chamava carnaval
[...]*

*Meu Deus, vem olhar
Vem ver de perto uma cidade a cantar
A evolução da liberdade até o dia clarear
Chico Buarque – Vai passar¹⁶*

*O mundo inteiro em seus corações,
as avenidas vazias,
Largas, cheias de concreto
e nada mais
As curvas e os traços, as suas paixões,
as intenções modernistas (governistas),
amplas, cheias de concreto
e nada mais
A Fase Rosa – O arquiteto e o carnaval¹⁷*

¹⁶ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=V3IGVFVbE9k>

¹⁷ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=ncr4KVVtyAs>

As primeiras palmas do sábado de carnaval vieram às sete da manhã, junto com os 340 balões que o bloco Então, Brilha! soltou no céu em referência ao número de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais assassinados no ano passado em todo o Brasil. O arrepio subiu pela espinha mais uma vez ao perceber que a bateria vestia as cores do arco-íris, tomando a forma da bandeira LGBT. O desfile do bloco, que abre o carnaval de Belo Horizonte, levou cerca de 100 mil pessoas para o hipercentro da capital. A luta contra a homofobia, o racismo e o machismo era o que movia o bloco e a folia foi interrompida várias vezes para que os regentes falassem sobre assédio e preconceito. As músicas ganharam versões com o refrão “Fora Temer”. Esse foi o começo do carnaval mais politizado que a cidade já viu (2017, *on-line*¹⁸).

Para o belo-horizontino ou qualquer cidadão que viveu na cidade de Belo Horizonte entre final da década de 1980 e início da década de 2010, durante o mês de fevereiro – período do carnaval –, a cidade era caracterizada por um enorme vazio; um vazio de pessoas, iniciativas, políticas públicas... “Uma página infeliz da nossa história”¹⁹. Um vazio que foi sendo preenchido e transformado em indignações, que gerou *ondas* de manifestações que não morreram na *Praia*.

A retomada do carnaval de rua de Belo Horizonte se deu influenciado pelo enfrentamento à forma como a prefeitura, de forma arbitrária, restringia os usos dos espaços públicos da cidade. Além do decreto que influenciou o surgimento da praia da estação, destaca-se também as dificuldades da obtenção de alvarás para iniciativas culturais, sobretudo no *baixo centro*²⁰ da cidade – algo relatado pelos organizadores do duelo de MC’s, por exemplo.

Além das características acima, é importante destacar o caráter popular e horizontal no qual o carnaval surgiu. Os primeiros blocos a se organizarem tiveram seu início marcado pela mobilização dos seus membros, sem nenhum apoio do poder público. Portanto, o carnaval de rua de Belo Horizonte, a festa feita pelo povo e para o povo, ressurgiu como um movimento político de contestação e retomada dos espaços públicos da cidade, tendo como principal bandeira uma ressignificação dos espaços da cidade por meio da festa.

¹⁸ Por Juliana Afonso, em: <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/o-carnaval-a-politica-e-a-reconquista-a-cidade/>

¹⁹ Chico Buarque em “Vai passar”

²⁰ Aqui considerada a região entre parte da Av. Afonso Pena e Praça da Estação.

Figura 9: Desfile do bloco Corte Devassa



Elaborada pelo autor (12/02/2018)

1. A complexidade do espaço (urbano) e o lazer

Recorremos, para o início da nossa problematização, às considerações de José Reis (2005), em que ele defende o olhar sobre o espaço no âmbito das pesquisas em ciências sociais. Reforça-se este posicionamento e a importância da contribuição das correntes de pensamento Marxista – tendo como nomes de destaque Yves Lacoste, Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey, entre outros – no sentido de enxergar e analisar o espaço enquanto resultante de uma (re)produção social. Ou seja, o espaço não é, como afirma outras vertentes das ciências sociais (a Geografia pragmático-quantitativa, por exemplo), uma superfície homogênea passível de ser analisada por meio, somente, da quantificação.

Interpretar o espaço é, portanto, um esforço de compreensão das diversas formas de seu uso e apropriação, a fim de compreender os fenômenos em sua totalidade. Assim como encontramos na obra de Michel Foucault e sua história “especializada” sobre a loucura (PHILO, 1996).

Santos (2006, p. 39) afirma que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Portanto, os espaços, ao longo da história, adquirem características que são responsáveis por diferenciá-los ou homogeneizá-los. Dessa forma, temos que o espaço carrega consigo a complexidade, portanto, em cada recorte espacial, as relações sócio-espaciais irão condicionar de forma diferente o substrato material do espaço ou, simplesmente, a estrutura socioespacial²¹.

Vamos tratar aqui, de fenômenos engendrados no espaço urbano, assim torna-se importante a tentativa de compreensão deste termo. Sobre sua etimologia, Lencioni (2008, p. 114) afirma que “A palavra urbano, apresenta o vocábulo *urbe*,

²¹ “A diferença entre socioespacial e sócio-espacial, distinção sobre a qual tenho insistido há muitos anos, é um caso particularmente interessante de historicidade conceitual, e convém esclarecer desde já essa diferença de grafia. [...] Se eu quero me referir ao espaço de um estádio de futebol, com as marcações do campo, com as arquibancadas etc., eu posso falar da sua estrutura *socioespacial*, sem hífen: aqui, o ‘social’ meramente qualifica o espacial. [...] Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o ‘sócio’, longe de apenas qualificar o ‘espacial’, é, para além de uma redução do adjetivo ‘social’, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (SOUZA, 2016, p. 15-16).

que tem o sentido de cidade e se origina da palavra latina *ubs, urbis*, indicando o século XX como datação para o uso da palavra *urbe* na língua portuguesa”. A relação entre cidade e espaço urbano, sobretudo nas sociedades (ditas) modernas e ocidentais, é evidente, mas devemos reconhecer que são termos distintos²². Sobre o espaço urbano, Corrêa (1989) nos traz a seguinte contribuição a qual nos apoiaremos: “O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1989, p. 11).

Carlos (1999) afirma que há uma contradição, no sentido em que o espaço se globaliza e ao mesmo tempo fragmenta-se em função de sua reprodução enquanto mercadoria. Dessa forma “ele se fragmenta nas formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para a habitação, para o consumo etc.” (*Ibidem*, 1999, p. 176).

Portanto, o espaço urbano é produzido e consumido com base na lógica capitalista. O termo *produção do espaço* foi usado, primeiramente, por Lefebvre e desde então a expressão vem sendo usada para referir ao processo decorrente da manutenção da vida social. O espaço é produzido e consumido por agentes, sendo o Estado e o capital os protagonistas nessa reprodução das relações sociais. Corrêa (1989, p. 11) nos aponta que “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”. Assim, o espaço urbano é resultado de um constante processo de reorganização espacial ditada pelos interesses do capital, já que as relações de produção capitalista são propulsoras deste processo.

Podemos dizer que a urbanização é uma das formas como o capital financeiro se renova. A industrialização teve um importante papel na urbanização e crescimento das cidades, porém a cidade abriga, atualmente, uma diversidade muito maior de atividades econômicas. O advento do capitalismo financeiro propiciou o surgimento de novos tipos de mercados, como o do lazer, o do turismo, o imobiliário, por exemplo. As cidades passaram a receber investimentos e, portanto, a lógica de reprodução do espaço se dá também na forma como os espaços são alterados – valorizados ou desvalorizados – pelo capital financeiro. Dessa forma, assumimos

²² Lencioni (2008) nos aponta que a palavra *cidade* remete a um objeto – a cidade grega, as cidades comerciais da Idade Média, as cidades coloniais brasileiras – enquanto a palavra *urbano* nos remete à ideia de fenômeno. Assim, existe uma maior facilidade de compreensão prática e teórica do termo *cidade*, enquanto que o termo *urbano* ainda está envolto às subjetividades e incertezas.

que os fenômenos/atividades que ocorrem dentro da lógica urbana seguem, em sua maioria, a lógica de reprodução capitalista.

O lazer²³ aparece como uma atividade com práticas que se renovam conforme contexto sócio-espacial. Na sociedade urbana ocidental este fenômeno está, em sua aparência, influenciado por uma dicotomia rígida que o separa do trabalho²⁴. A indústria do lazer é, assim, responsável por receber investimentos públicos e privados – por vezes, mais privado que público –, sem cuidado de incluir, em seu planejamento e gestão, ações que visem torná-lo socialmente justo e ambientalmente correto.

No que diz respeito ao caráter sociológico do lazer, é importante salientar que o aumento das atividades praticadas no tempo livre não significa “uma liberação do trabalho, nem liberação em um mundo moldado por esse trabalho” (Debord, 1997, p. 22). A partir deste argumento podemos analisar que o lazer, enquanto fenômeno moderno, intensificou-se após a criação de legislações trabalhistas, que visavam garantir direitos para a classe trabalhadora – incluindo a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre. Contudo, este direito também foi impulsionado pela necessidade da contenção de greves e revoltas dessa mesma classe, ou seja, configurou-se como uma resposta às crises do sistema trabalhista. Portanto, há que se destacar certos direcionamentos dos usos deste tempo livre conquistado. Neste mesmo sentido Debord (1997) afirma que a inatividade é dependente da atividade produtora, não podendo haver, dessa forma, total liberdade nessa (não) atividade.

Já no âmbito da relação do lazer com o espaço, Carlos (1999, p. 181) afirma que “o processo de reprodução espacial na grande metrópole é influenciado pelo desenvolvimento de uma nova atividade, produtiva, um novo ramo econômico: o turismo e o lazer”. O lazer é, então, um importante fenômeno nos âmbitos de produção e consumo do espaço.

Reconhecemos, portanto, como a própria autora reforça, uma mudança nos espaços públicos das metrópoles. Sua redução e limitação podem ser observadas nas transformações espaciais decorrente de obras para abertura de novas (e largas) avenidas, na limitação do tempo de uso de parques públicos, na privatização ou

²³ O lazer é entendido aqui como as atividades que compreendem o período de tempo livre das obrigações do trabalho, sendo que essas atividades podem incluir a diversão, o descanso, a contemplação, entre outros. Já o caráter lúdico do lazer diz respeito às atividades de entretenimento praticadas com uma determinada finalidade de cunho educativo.

²⁴ Questionamos essa visão no texto “lazer, tempo livre e capitalismo”.

concessão de espaços públicos – a exemplo do Circuito Cultural Praça da Liberdade, em Belo Horizonte e, mais recentemente, o parque Ibirapuera em São Paulo –, dentre outros.

Nesse processo, se diluem ou se destroem os referenciais urbanos indispensáveis à manutenção da identidade entre cidadãos e a cidade, cada vez mais marcados por uma relação espaço-temporal dominada pela mercadoria. Com a diminuição/normatização dos espaços públicos, o uso do espaço para o lazer tende a se transfigurar numa atividade paga (CARLOS, 1999, p. 182).

Partindo do princípio de que as cidades vêm sendo alteradas em razão do capital financeiro e que este mesmo capital é responsável pelos diversos problemas urbanos – tal como enobrecimentos, especulação imobiliária e da terra, falta de mobilidade urbana, insegurança, entre outros – como é possível falar em direito à cidade? A busca ao direito à cidade é, portanto, uma luta contra o capital (HARVEY, 2014).

Dessa forma, é na própria cidade que deve se dar as lutas e a busca pelo direito de poder construir, democraticamente, a cidade que queremos viver. O direito ao lazer, portanto, seria uma espécie de afluente para conquista do direito à cidade. Aqui trataremos do lazer como um instrumento de manifestação e ocupação dos espaços públicos. Ou seja, serão abordadas, aqui, atividades que possuem o intuito de questionar a forma capitalista de consumo do espaço. Portanto, assumimos que a prática desses lazeres (ou a reivindicação pelo direito ao lazer), é uma forma de luta contra a prática do lazer controlado e gerido pelo mercado.

*[...] Em frente a shoppings marcar rolêzins
 Debater sobre cotas, copas e afins
 O opressor é omissor e o sistema é cupim
 E se eu não existo, por que cobras de mim? [...]*
Criolo – Cartão de visita²⁵

*Quem tem consciência para ter coragem
 Quem tem a força de saber que existe
 E no centro da própria engrenagem
 Inventa contra a mola que resiste*
Secos e molhados – Primavera nos dentes²⁶

²⁵ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=7DX4KWYU09U>

²⁶ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=2KngpFjsSf0>

2. O papel do lazer na produção e consumo do espaço urbano

*Flutuar no céu poluído da cidade
e beber toda a sua mentira [...]
Prédios vão se erguer
E o glamour vai colher
Corpos na multidão
Criolo – Casa de papelão²⁷*

Partimos da consideração de Milton Santos (1985, p. 5), em que ele afirma que “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida”. Para Santos os elementos que compõem a totalidade do espaço são: forma, função, estrutura e processo, sendo a *forma* a materialidade, os aspectos visíveis e observáveis dos objetos; a *função* sugere a ideia do uso e aplicabilidade que os objetos proporcionam; *estrutura* refere-se ao modo de organização social do qual a materialidade faz parte; enquanto o *processo* diz respeito a ações contínuas que promovem a mutação da sociedade (*Ibidem*, 1985).

A análise espacial de forma fragmentada se dá por questões metodológicas, motivadas, principalmente, pela influência da ciência moderna, que mutila os saberes por meio da divisão disciplinar. Mas, “como conceber a existência de algo puro – qualquer coisa, objeto, ser –, que não se faça através de relações e, sobretudo, que não exista em decorrência da própria presença, em si, da mistura?” (HISSA, 2013, p. 19). Assim, torna-se latente exercitarmos esse olhar para a totalidade e complexidade de interações que os fenômenos apresentam.

Para Lefebvre o espaço é “uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). Em relação ao espaço urbano, Corrêa (1989, p. 11) o define como um produto social que é resultado da ação do homem ao longo do tempo. Corrêa ainda aponta que:

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p. 36).

²⁷ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=SCB6kdh-91I>

Sobre o lazer – em sua dimensão moderna-ocidental²⁸ –, considero-o, bem como as dinâmicas de produção do espaço urbano, resultados de uma mesma estrutura na qual a maior parte do mundo está organizada: a do modo de produção capitalista. Para Melo (2003, p. 32), as atividades de lazer correspondem a atividades efetuadas fora das diversas obrigações, que não compreendem somente o trabalho, mas também obrigações religiosas, políticas, necessidades físicas, entre outras; além disso, fazem parte da dimensão da cultura em um sentido amplo, “englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações”. Já para Lefebvre (1989, *on-line*) a dimensão do lazer também está presente em atividades consideradas obrigatórias – por MELO (2003) –, ele afirma que “na cidade, notadamente, a brincadeira e a seriedade são opostos e misturados: habitar, ir à rua, comunicar e falar é ao mesmo tempo sério e lúdico”.

Aqui busco trazer uma relação do lazer com o consumo do espaço – neste caso, o urbano –, buscando ampliar olhares sobre a relação da produção das cidades que recebem investimentos que visam transformá-las em mercadorias a serem consumidas. Percorreremos, portanto, uma trajetória que parte dessa totalidade para contribuir com a reflexão sobre a relação entre lazer e a produção e consumo do espaço urbano.

Marx (2008), ao analisar os processos produtivos do modo de produção capitalista, afirma que embora eles façam parte de uma totalidade, há distinções em cada etapa, denominadas de produção, distribuição, troca e consumo. Para Marx (2008 p. 257), “A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antiética da produção, que ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela”. Portanto, a produção é também consumo, pois, para produzir é necessário que haja consumo (desgaste) dos meios de produção e das matérias-primas para que se concretize a etapa da produção. Dialeticamente, o consumo também é produção, pois o resultado da produção torna-se produto no momento de seu consumo, o seja, somente o consumo produz o produto enquanto um produto: a mercadoria. “A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente o seu contrário.” (*Ibidem*, 2008, pp. 247).

²⁸ O lazer na sociedade moderna-capitalista encontra-se condicionado ao trabalho e a abstração do tempo, sendo definido, por muitos, pela ausência do trabalho (dito) produtivo (ver THOMPSON, 1998 e MELO; ALVES JUNIOR, 2003). Porém há alguns autores que questionam essa lógica de separação lazer/trabalho (ver ADORNO, 2002).

Dessa forma, consumo e produção se relacionam: pois o produto torna-se produto somente no ato do consumo; e quando o consumo motiva a produção de novos produtos. Ao passo em que a produção se torna consumo: ao consumir insumos por meio do processo da produção; devido ao processo produtivo direcionar a forma como determinado produto deve ser consumido; e ao criar uma necessidade de consumo e o impulso por consumir (*Ibidem*, 2008).

Assim, produção e consumo, apesar de se apresentarem, num primeiro momento, como opostos no processo produtivo (produção, distribuição, troca e consumo), possuem uma ligação intrínseca de interdependência, não sendo, somente, fragmentos do processo produtivo.

O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. Parece bastante claro que na alimentação, por exemplo, é uma forma de consumo, o homem produz o seu próprio corpo; mas isso é igualmente certo em qualquer outro gênero de consumo que, de um modo ou de outro, o homem produza. [Essa é] a produção consumidora. (*Ibidem*, 2008, p. 246).

É a partir desta contribuição marxiana sobre produção e consumo que levantamos algumas questões a serem discutidas: de que forma o consumo do espaço pode influenciar em sua produção? Como a produção dos espaços influencia seu consumo?

Friedrich Engels, em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, dedicou-se a descrever como a intensificação da urbanização e industrialização afetou a vida da classe trabalhadora nas cidades inglesas. Porém, é o sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre quem primeiro se aprofunda na análise espacial por meio do método analítico de Marx e Engels. Assim, o termo produção do espaço foi cunhado por Lefebvre para se referir ao processo de produção material da sociedade que é também influenciado pelo modo de produção em que está condicionada.

O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção. [...] Para compreendê-la, é preciso tomar como referência a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo da produção das coisas e de seu consumo. Portanto, o espaço da produção, nesse sentido amplo, implicaria e conteria em si a

finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista. (LEFEBVRE, 2008, p. 48)

Marx destaca a produção como o processo crucial para a reprodução do modo de produção capitalista, uma vez que é por meio da produção que se dá a exploração de uma classe em detrimento da outra e, por conseguinte, o lucro (mais-valia) necessário para se reinvestir na produção de novos produtos. A produção do espaço está condicionada a produção capitalista, como explica Harvey (2014), pois a urbanização é dependente do excedente da produção e vice-versa. Ao mesmo tempo, tem-se a produção de excedentes por meio da (re)produção das cidades e das atividades econômicas dependentes dessa (re)produção. Portanto a (re)produção do espaço está totalmente atrelado à reprodução do capital.

Harvey (2005) explica como a atual fase do capitalismo (financeiro) afeta a produção das cidades, pois o território é usado (ou não) com interesses rentistas. As intervenções urbanísticas que visam o enobrecimento, são exemplos claros dessa financeirização em prol de interesses capitalistas, como elucidou Santos (1977, p. 35): “através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento urbano constitui, muitas vezes, meramente uma fachada científica para operações capitalistas”. Tais ações resultam não somente em espaços segregados e desiguais, mas também produzem espaços destituídos de identidade e pertencimento, uma vez que são direcionados para usos ou públicos diferentes do anterior.

Há dois padrões de planejamento e gestão urbana que, segundo Moraes (1996), surgiram após a redemocratização: o de caráter social e redistributivista; e o neoliberal. Eles se diferenciam nos seguintes aspectos:

[...] [O primeiro] baseia-se na discussão sobre a distribuição da riqueza e a descentralização do poder no sentido da legitimação dos novos atores sociais e das diferentes instâncias do governo. [...] O sentido de descentralização, nesse tipo de proposta mais progressista, está em realmente efetivar a distribuição dos núcleos de poder. (MORAES, 1996, p. 1006)

Em contrapartida, o padrão neoliberal “articula-se na redução da atuação da esfera pública em prol da ampliação do espaço dos interesses privados” (MORAES, 1996, p. 1007). Ou seja, significa transferir à esfera privada as responsabilidades do

setor público, implicando em uma lógica de planejamento e gestão provenientes do setor privado.

O que se observa é uma predominância do padrão neoliberal, sobretudo nos países periféricos, que traz, como resultado dessas intervenções espaciais, uma relação com os espaços públicos cada vez mais dominada pela lógica privada e de consumo. Como observa Carlos (1999, p. 177): “aqui se estabelece o choque entre o uso e troca: a propriedade privada invade o cotidiano e provoca o estranhamento do indivíduo instigado pelas mudanças nos usos e nos modos de uso de um espaço que se recria para consumo dele próprio”.

O investimento em lazer e turismo representa, atualmente, uma das saídas para inovação/renovação do capital financeiro, no sentido do que Harvey fala sobre a destinação dos excedentes da produção e como forma de gerar mais lucro por meio da financeirização do espaço.

O papel do turismo e do lazer na (re)produção do espaço urbano também é abordado por Carlos (1999) e Luchiari (1998), elas consideram que, em sua maioria, esses espaços são (re)produzidos com base em uma lógica de consumo massificada, como observamos na seguinte passagem:

Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas (CARLOS, 1999, p. 181).

Como observamos também quando Lefebvre fala sobre o papel da urbanização na homogeneização dos espaços urbanos:

A extensão mundial da urbanização contém um grande risco de homogeneização do espaço e de desaparecimento das diversidades. Todavia, a homogeneização é acompanhada da fragmentação. O espaço se divide em parcelas que são trocadas e vendidas. [...] Assim, o espaço social, ao mesmo tempo que é homogeneizado, fragmenta-se em espaços de trabalho, lazer, de produção material, de serviços diversos (LEFEBVRE, 1989, *on-line*).

Afinal, qual a diferença entre parques temáticos, resorts, hotéis de grandes redes hoteleiras, aeroportos, etc. nas mais diversas localizações do mundo?²⁹ As formas e funções desses espaços seguem uma rígida padronização com objetivo evidente de inseri-los em uma lógica de consumo global, a fim de proporcionar (por vezes, falsa) sensação de segurança, controle e comodidade nesses espaços. Na prática, o que ocorre é que as viagens, fenômeno que historicamente se apresenta pela necessidade e o desejo do conhecimento de novas culturas e lugares, tem seu ápice – do ponto de vista da quantidade dos fluxos – marcado pela homogeneização das vivências. Essa padronização, poderíamos dizer, é reflexo da característica massificada da produção capitalista. “É verdade que a cidade persiste, mas museificada e espetacular” (LEFEBVRE, 1989, on-line).

Cabe aqui, também, discutir sobre a ideia do lazer na cidade e a tentativa, cada vez mais acentuada, de torná-lo uma atividade paga, privada e individualizada. Dos *shoppings centers*, aos parques temáticos, clubes e complexos aquáticos até condomínios que oferecem um “lazer completo” aos seus habitantes – afinal, que completude de lazer é essa? –, dentre outros, são exemplos dessa tentativa de controle e, sobretudo, a transformação das atividades e espaços de lazer em atividades e espaços de consumo. “Como afirma Lefebvre, não se vendem mais objetos, tijolos ou habitações, mas cidades. Isso significa dizer que o espaço torna-se mercadoria” (CARLOS, 1999, p. 175).

Sobre o sentido do consumo sob o capitalismo, Lafargue (2003, p. 55) afirma que “o grande problema da produção capitalistas já não é encontrar produtores e multiplicar as suas forças, mas descobrir consumidores, excitar os seus apetites e criar-lhes necessidades artificiais”. Portanto, é de interesse do capital transformar cidadãos em consumidores a fim de converter as diversas atividades, incluindo o lazer e o turismo, como mero consumo de tempo e espaço. Para tanto, a renovação ou enobrecimento de determinadas áreas das cidades é oportuno para torná-las mercadorias. Carlos (1999, p. 176) afirma que “o espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõem a redução e o

²⁹ O antropólogo Marc Augé define estes exemplos como não-lugares. Termo cunhado pelo próprio autor para definir os espaços desprovidos de identidade. Ver mais em: AUGÉ, M. **Não Lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5 ed. Campinas: Papirus, 2005. Contudo, há novos debates sobre o uso deste termo, uma vez que são as subjetividades dos sujeitos que dão sentido ao espaço enquanto lugar e não somente o seu substrato material.

simulacro. E que reduzem a apropriação enquanto ‘mercadoria de uso temporário’ definida pelo tempo de não-trabalho”. A mesma autora ainda completa:

A reprodução espacial, voltada para o reprodutivo e para o repetitivo, produz os simulacros no espaço, consumidos enquanto espaços de turismo e lazer, enquanto simulação de um espaço novo – na realidade, um espaço fragmentado, reduzido e limitado pelas necessidades da acumulação. (*Ibidem*, 1999, p. 176)

Para além desses simulacros, há que se destacar, também, a forma como o consumo das *idades-mercadorias* dão sentido aos lugares. Aqui vejo que a falta de autenticidade é a responsável por dar sentido ao espaço. Façamos o seguinte exercício de imaginar como seriam determinadas cidades ou determinados lugares sem o consumo turístico. Qual sentido teria Las Vegas sem seus cassinos? Qual seria a razão dos países dos Emirados Árabes sem os seus hotéis superluxuosos? Quão “identitário” seriam esses espaços sem o sentido consumista que insistem em produzir *espaços-falsos* a fim de satisfazer o fetichismo da mercadoria e do consumo?

Por outro lado, o turismo também se apropria das cidades por meio de uma reificação do passado. A *cidade-museificada*, influenciada pela própria modernidade que fragmenta e cria a noção de espaço e tempo abstratos, é também reproduzida e consumida com interesses capitalistas.

[...] isso significa que nosso passado, qualquer que tenha sido, foi um passado em processo de desintegração; ansiamos por capturá-lo, mas ele é impalpável e esquivo; procuramos por algo sólido em que nos amparar, apenas para nos surpreendemos a abraçar fantasmas (BERMAN, 1986, p. 316).

Assim, concordamos com Carlos (1999, p. 179) quando ela fala que “o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível”. Ou seja, o espaço, ao ser consumido em forma de turismo e lazer, torna-se mercadoria que se reproduz pela sua condição de mercadoria. A *cidade-mercadoria* só é consumida como tal, devido ao seu caráter de se reproduzir enquanto mercadoria. Torna-se claro, dessa forma, a influência do capital na produção e consumo do espaço. Em suma, a *cidade-mercadoria*, produzida para um consumo massificado, visa atender, cada vez mais, os interesses de reprodução e acumulação do capital.

Em outras palavras a urbanização turística e a produção do espaço pelo/para o turismo servem, assim como os processos de urbanização desde a primeira revolução industrial, para absorver o excedente da produção capitalista, contudo, o consumo destes espaços na forma de turismo e lazer também é responsável pela produção de novos excedentes. Para Lefebvre (1989, *on-line*) essa dinâmica de transformação e valoração de lugares para consumo faz com que “os produtores [classe trabalhadora] tornam-se turistas no centro do qual eles foram despossuídos, expropriados”.

Fica evidente, também, a relação entre a produção e consumo do espaço, bem como o argumento de que “o consumo é também imediata produção” (MARX, 1999, p. 19) por um influenciar diretamente o outro. Portanto a reprodução do espaço, como afirma Corrêa (1989, p. 11) é dominada por “agentes sociais concretos, e não uma mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato”.

O desafio que se apresenta, portanto, é o da busca por um lazer que seja contra os preceitos capitalistas e rompa com a ideia do “tempo-livre” que se relaciona ao consumo. A pergunta que fica é: isso é possível de se concretizar dentro dos moldes de sociedade que temos?

*Tire as construções da minha praia
Não consigo respirar
As meninas de mini saia
Não conseguem respirar
Especulação imobiliária
E o petróleo em alto mar
Subiu o prédio eu ouço vaia
BaianaSystem – Lucro (Descomprimido)³⁰*

³⁰ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=y7NjN0MFnTw>

3. Lazer, tempo livre e capitalismo

*Me perdoe a pressa
É a alma dos nossos negócios
Oh! Não tem de quê
Eu também só ando a cem
Quando é que você telefona?
Precisamos nos ver por aí
Pra semana, prometo talvez nos vejamos
Quem sabe?
Quanto tempo!
Pois é, quanto tempo!
Chico Buarque – Sinal fechado³¹*

Assim como o espaço, o tempo também é uma construção social. A percepção do tempo é, notadamente, influenciada por questões históricas e culturais. O exemplo das sociedades agrárias pré-modernas sustenta essas distinções de compreensão do tempo em diferentes culturas e tempos históricos. A concepção do tempo de forma cíclica é uma das diferenças observadas entre algumas civilizações que antecederam a modernidade capitalista (KURZ, 1999). Evans-Pritchard ao estudar os *Nuer*, uma confederação de tribos africanas localizadas ao sul do Sudão, discorre o seguinte:

Os *Nuer* não possuem uma expressão equivalente ao “tempo” na nossa língua, e assim, não podem, como nós, falar do tempo como se fosse algo real, que passa, que pode ser desperdiçado, poupado e assim por diante. Acho que jamais experienciaríamos o mesmo sentimento de lutar contra o tempo ou de terem que coordenar as atividades com a passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são basicamente as próprias atividades, que têm em geral caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos a que as atividades tenham de ser ajustadas com precisão. Os *Nuer* são felizes (EVANS-PRITCHARD, 1978 apud THOMPSON, 1998).

Podemos dizer que na sociedade moderna o controle do tempo abstrato é marcado pelo nascimento do capitalismo industrial na Europa, em que a estrutura de trabalho artesanal é desvalorizada em detrimento da fabril, com produção em massa

³¹ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=sSftjBDau-M>

e de larga escala. Para Kurz (1999a, *on-line*) essa abstração do tempo tem relação direta com a noção moderna de trabalho abstrato, ele afirma que, “ou o termo designava uma atividade em estado de dependência ou de não-emancipação. Metaforicamente, portanto, o trabalho significava sofrimento e desgraça”.

Edward P. Thompson, em “Tempo, Disciplina do trabalho e Capitalismo Industrial”, discorre de forma muito elucidativa sobre como a introdução do uso do relógio impactou a vida e a transição da produção camponesa para a industrial. Ele argumenta que, ao passo em que as atividades camponesas serviam como orientações temporais, ou seja, há uma orientação a partir das tarefas, e não do tempo; no trabalho capitalista as atividades teriam que se adequar dentro daquele tempo específico, definido pelo capitalista com base no relógio (o tempo abstrato) (THOMPSON, 1998).

Acima de tudo, a transição não é para o “industrialismo” [...], mas para o capitalismo industrial. [...] O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em *qualquer* sociedade, mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão de obra (THOMPSON, 1998, p. 289).

Com o advento do capitalismo industrial, o tempo da jornada de trabalho na fábrica passa, então, a ser o centro da vida da classe trabalhadora, embora isso não queira dizer que o trabalho não tenha exercido um papel central na vida humana anteriormente. Contudo, na medida em que o trabalhador se vê obrigado a vender a sua força de trabalho em troca de um salário, ele também usará parte de seu tempo disponível para se dedicar à jornada diária para o trabalho capitalista. E essa estrutura, responsável pelo controle da produção, também deveria controlar os seus meios de produção e, certamente, também a força de trabalho.

A variável tempo, passa, portanto, a ter valor monetário – diferente do valor que se dá ao tempo de fruição da arte, por exemplo –, bem como a necessidade de controle da ocupação do tempo (dito) livre. A noção de *gastar o tempo* nos remete a necessidade de controle e disciplina do tempo, uma vez que não se dá pra recuperar o que foi gasto, portanto, é necessário *gastar o tempo* de maneira racional. É de se

esperar, portanto, que, “se a quantificação do tempo de produção implica a quantificação de todo o tempo cotidiano, o tempo de trabalho define e redefine os tempos de descanso, de diversão, com a família, etc.” (RESENDE, 2014, p. 61).

Rago (2015, p. 9) nos aponta uma inversão de valor na dicotomia *trabalho X tempo livre* na Antiguidade Clássica e na contemporaneidade. Para a autora, “essa inversão decorre da transformação do tempo em mercadoria, desde o início do capitalismo, quando também se opera a oposição entre tempo de trabalho e tempo de lazer”. Segundo a mesma autora, havia uma valorização do ócio e das subjetividades geradas por ele na Antiguidade, ao passo que “nesse universo o trabalho era desvalorizado como expressão da sujeição do homem à premência da vida, à esfera biológica e ao reino da necessidade” (*Ibidem*, 2015, p. 9). Obviamente o trabalho manual era obrigação dos escravos, enquanto os cidadãos livres poderiam usufruir do direito do ócio.

Aqui a separação entre o tempo de trabalho e de não-trabalho torna-se cada vez mais demarcado, contudo, o que não se pode afirmar é que há uma separação das influências de um sobre o outro. É preciso haver descanso e entretenimento das massas para que se renove o processo produtivo, como um ciclo. “Trabalha-se assim para ganhar lazeres, e o lazer não tem senão um sentido: sair do trabalho. Círculo infernal” (LEFEBVRE, 1958 apud RESENDE, 2014, p. 48).

Portanto, até que ponto podemos considerar como *livre* o tempo do não-trabalho? Do ponto de vista marxista, a liberdade deve se pautar numa concretude, não somente nas possibilidades de realizações do que é pré-determinado, por exemplo, na democracia burguesa, a priori, somos livre para escolher o que consumimos, contudo, há bens de consumo que somente poucas pessoas possuem acesso, qual a liberdade concreta deste consumo? Se ela não pode se materializar, ela não pode existir. Sobre a importância do tempo livre, Karl Marx discorre o seguinte:

O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrozada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio lutará, sempre, implacavelmente e

sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação. (MARX, 1865, p. 26)

No entanto, o que se observa é uma absorção cada vez maior do trabalho capitalista na vida do homem, apesar de certas conquistas históricas, como reduções de jornadas, férias remuneradas, entre outras. Uma das críticas mais emblemáticas a esta subordinação passiva da classe trabalhadora ao trabalho é encontrada na obra de Paul Lafargue, no final do século XIX, em que ele afirma que a classe operária sucumbiu à ideologia do amor ao trabalho, o que, para ele, resulta em miséria individual e social: “por prestarem atenção às falaciosas palavras dos economistas, os proletários se entregam de corpo e alma ao vício do trabalho, precipitam toda a sociedade numa dessas crises de superprodução que convulsionam o organismo social” (*Ibidem*, 2003, p. 37).

Lafargue explica que essa hiper valorização do direito ao trabalho é fruto de uma alienação. Tal como encontramos nas obras marxiana e marxistas, o modo de produção em série aliena o trabalhador por meio da especialização da função que o trabalhador passa a exercer na fábrica no contexto de pós revolução industrial. O próprio Marx explica da seguinte forma a alienação do trabalho:

Primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim

também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (MARX, 2004 [1982] p. 83).

Essa exteriorização e conseqüente repulsa pelo trabalho capitalista descrita por Marx, em um primeiro momento, pode parecer contraditório aos argumentos de Lafargue, porém, a crítica marxiana defende que a atividade em si – o trabalho fabril repetitivo, alienado, externo ao indivíduo – é a causa da *estranheza*, enquanto que, embora Lafargue afirme que os trabalhadores se renderam ao amor pelo trabalho, isso não significa que os trabalhadores passaram a amar as atividades que eles exercem³², mas sim que acreditaram na premissa de que a dedicação ao trabalho capitalista seria a solução para os seus problemas.

Para Marx, portanto, é fora do trabalho capitalista que o trabalhador pode se reencontrar com sua essência. O tempo de não trabalho serviria, portanto, para uma possível emancipação dessa classe. Aqui destacamos o papel das lutas históricas da classe trabalhadora em prol de melhores condições de trabalho e conseqüente incorporação do direito ao tempo livre e ao lazer, porém, como observa Lefebvre (1991 p. 383-384), “outrora conquista da classe trabalhadora, [...] o lazer transformou-se em indústria, em vitória do neocapitalismo e extensão da hegemonia burguesa a todo o espaço”³³.

A cooptação do tempo livre se dá por meio do controle das atividades de lazer, dessa forma, o tempo fora do trabalho, que deveria ser tido como o tempo de desenvolvimento, descanso, entre outros, também se torna parte do processo de alienação capitalista. É aqui onde questionamos o sentido da divisão entre lazer e trabalho. Uma vez que as estratégias de controle da produção capitalista estão também presentes no (dito) tempo livre do trabalhador, e, para além disso, insere ele em uma “indústria” de produção de vivências homogêneas, como podemos

³² O surgimento de novos mercados, sobretudo após o desenvolvimento tecnológico gerado pelas duas grandes guerras, propiciou uma maior diversidade de profissões no mercado. Além disso, o mercado de serviços também tem se mostrado crescente. Há que se reconhecer que existe uma maior diversidade de opções de trabalho e, observa-se alguns discursos relacionados ao gosto pela atividade exercida. Contudo, quando essa atividade não é “independente” (artistas, profissionais liberais e afins) a forma de exploração permanece e a questão é a seguinte: trata-se de uma emancipação ou um amansamento/costume dos nossos corpos? Questionamos também o quanto essa suposta independência podem ser causadoras de contratos de trabalho precarizados, em determinadas situações.

³³ Do original: “Once a conquest of the working class, in the shape of paid days' off, holidays, weekends, and so on, leisure has been transformed into an industry, into a victory of neocapitalism and an extension of bourgeois hegemony to the whole of space” (tradução nossa).

entender este lazer desvinculado da produção capitalista? Tal como afirmou Adorno (2002, p. 62), “o tempo livre é acorrentado ao seu oposto” porque “nele se prolonga a não-liberdade” (*Ibidem*, p. 63). Em suma, o tempo livre, na maioria das vezes, acaba se tornando um prolongamento da falta de liberdade, do aprisionamento da classe trabalhadora para com os interesses da burguesia.

Não obstante, em oposição a penetração dos interesses da produção no tempo livre do trabalhador, podemos identificar, também, aspectos do lazer no trabalho, contudo, é preciso que este último contenha certas características que conferem a ele certos “privilégios”³⁴. Adorno contribui com o seguinte:

Compor música, escutar música, ler concentradamente, são momentos integrais da minha existência, a palavra *hobby* seria escárnio em relação a elas. Inversamente, meu trabalho, a produção filosófica e sociológica e o ensino na universidade, têm-me sido tão gratos até o momento que não conseguiria considerá-lo como opostos ao tempo livre, como a habitualmente cortante divisão requer das pessoas. Sem dúvida, *estou consciente de que estou falando como privilegiado*, com a cota de casualidade e de culpa que isso comporta; como alguém que teve a rara chance de escolher e organizar seu trabalho essencialmente segundo as próprias intenções. Esse aspecto conta, não em último lugar, para o fato de que aquilo que faço fora do horário de trabalho não se encontra em estrita oposição em relação a este. (ADORNO, 2002, p. 63, grifo nosso).

Assim como nos apontou Adorno, acredito que tais exemplos estão restritos a uma pequena parcela “privilegiada” de trabalhadores que, por contar com acesso a certos direitos, têm certo poder de determinação sobre os usos de sua força de trabalho, apesar de não estarem livres da exploração e extração da mais-valia. Estes últimos aspectos discutidos aqui nos remetem a pensar sobre a diferença entre a valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, e é este o “privilégio” ao qual se refere Theodor Adorno em seu ensaio sobre tempo livre, demonstrando-se culpado por possuir *direitos* que outros trabalhadores não têm.

³⁴ O uso das aspas se deve ao fato de que o termo privilégio é bastante controverso. Muito me incomoda a noção de privilégio que vem sendo construída para se referir a certos direitos dentro da democracia burguesa, como moradia, acesso a saúde, educação de qualidade entre outros. Contudo, também penso que usar o termo *direitos*, neste primeiro momento, também não me soou apropriado.

O fato é que o exemplo de Adorno, infelizmente, em nada reflete o cenário vivido pela maioria dos trabalhadores no modo de produção capitalista, sobretudo nos países periféricos. O avanço de pautas neoliberais tem contribuído cada vez mais pra um cenário oposto: o de precarização das relações de trabalho, o que, conseqüentemente, reflete na disponibilidade e desfrute do tempo livre, tornando assim, mais difíceis mobilizações em prol da defesa do lazer, sobretudo de caráter emancipatório. Se, como defendi anteriormente, é no espaço público cidadão que devem se dar as lutas por uma cidade melhor também defendo que as lutas por um lazer emancipatório devem, também, buscar reinventar as atividades de lazer por meio de suas práticas, se pautando num caráter de lazer não-consumista e mais humanizado.

Nessa mesma linha, não defendo, portanto, que esses lazeres se renovem em espaços marcados notadamente pela lógica do consumo capitalista. Creio que os espaços públicos, embora por vezes carregarem consigo características privatistas, devem ser palcos dessa tentativa de emancipação das atividades de lazer.

*Pelo prazer de chorar e pelo "estamos aí"
Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir
Um crime pra comentar e um samba pra distrair
Deus lhe pague*

*Por essa praia, essa saia, pelas mulheres daqui
O amor malfeito depressa, fazer a barba e partir
Pelo domingo que é lindo, novela, missa e gibi
Deus lhe pague*

Chico Buarque – Deus lhe pague³⁵

*A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
Titãs – Comida³⁶*

³⁵ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxiayfcMSTY>

³⁶ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=94SR1WNOHcw>

4. Direito à cidade: cultura e ativismos

*E se não resistir e desocupar
Entregar tudo pra ele então, o que será?
Criolo – Convoque seu Buda³⁷*

De antemão, aproveitando os versos de Criolo, inicio dizendo que gostaria de viver numa cidade onde *desocupar* não significasse “entregar tudo” ou desistir da luta. Assim, assumimos que o verbo ocupar carrega consigo ideias distintas, conforme contexto em que este é empregado. É inegável, contudo, que ele nos remete à ideia de apropriar, preencher, apoderar, entre outros; nosso foco, porém, é analisar a *ocupação* do ponto de vista espacial.

David Harvey em *Cidades Rebeldes* (2014) resgata as diversas lutas urbanas que ocuparam ruas de grandes cidades ao redor do mundo, sobretudo com caráter revolucionário, como destacado no trecho abaixo. Por essa razão, percebo, na ocupação das ruas, características simbólicas relevantes, sendo cenário de lutas, reivindicações e conquistas diversas ao longo da história.

A história das lutas de classe de base urbana é extraordinária. Os sucessivos movimentos revolucionários em Paris de 1789 a 1830 e de 1848 até a Comuna de 1871 constituem o mais óbvio exemplo no século XIX. Os acontecimentos posteriores incluem o Soviete de Petrogrado, as Comunas de Xangai de 1927 e 1967, a Greve Geral de Seattle em 1919, o papel de Barcelona na Guerra Civil Espanhola, o levante de Córdoba em 1969 e as insurreições urbanas mais gerais nos Estados Unidos, na década de 1960, os movimentos de base urbana de 1969 (Paris, Chicago, Cidade do México, Bangcoc e outras, inclusive a chamada "Primavera de Praga" e a ascensão das associações de vizinhos em Madri, que estiveram na linha de frente do movimento antifranquista na Espanha mais ou menos na mesma época). E mais recentemente testemunhamos ecos dessas lutas mais antigas nos protestos contra a globalização em Seattle, em 1999 (seguidos por protestos similares em Quebec, Gênova e muitas outras cidades como parte de um amplo movimento de globalização alternativa). Mais recentemente, vimos protestos de massas na Praça Tahrir, no Cairo, em Madison, Wisconsin, na Plaza Puerta del Sol, em Madri, na Praça da Catalunha, em Barcelona, e na Praça Sintagma, em Atenas, além de movimentos revolucionários em Oaxaca, no México, em Cochabamba (2000 e 2007) e El Alto (2003 e 2005), na Bolívia, ao lado de manifestações muito diferentes mas

³⁷ Em: https://www.youtube.com/watch?v=9_sNgjSsAQw

igualmente importantes em Buenos Aires, de 2001 a 2002, e em Santiago do Chile (2006 e 2011). (HARVEY, 2014, p. 209-210).

Por meio das palavras de David Harvey conseguimos perceber a intrínseca relação entre lutas populares, sejam de caráter revolucionárias ou não, com as tentativas de ocupação de espaços da cidade a fim de reivindicar algo. Contudo, a tarefa aqui é estabelecer relações entre arte e cultura com as ocupações da cidade, destacando, sobretudo, o poder das iniciativas artístico-culturais que se alastram pelas ruas e espaços públicos das cidades no intuito de reivindicar o direito de acesso a arte, ao lazer e, em alguma medida, ao direito à cidade.

Dito isso, é preciso também lembrar que a urbanização capitalista é responsável por (re)produzir as segregações e contradições nos espaços da cidade. Além disso Harvey (2014, p. 212) também contribui ao afirmar que “o poder político frequentemente procura reorganizar as infraestruturas urbanas e a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle”. Portanto, é nesse sentido que a cidade deve ser encarada como palco principal da materialização do acirramento da luta de classes, sendo, por vezes, esses cerceamentos um dos motivos responsáveis pela retomada das ruas e espaços públicos das cidades.

À luz das ideias de Milton Santos, são nos *espaços opacos* das cidades que residem as resistências, onde, por uma racionalidade ideológica que se reflete no espaço, há uma dificuldade de penetração da lógica hegemônica do “tempo rápido”³⁸. No mesmo sentido, a opacidade que ofusca esses espaços, também ofusca os humanos que neles habitam, a quem Santos chamou de *homens lentos*. São seres que, para Milton Santos, comandam ou irá comandar o tempo das cidades, uma vez que: “quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo” (SANTOS, 2006, p. 220); portanto a lentidão propicia um olhar mais minucioso para a cidade, é por meio deste olhar cuidadoso que Santos acredita na dominação das cidades pelos homens lentos.

³⁸ “Aqui, estamos falando de quantidades relativas. De um lado, o que nós chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os “tempos intermediários” temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. Mas a vantagem de nossa proposta é a sua objetividade. É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos. Mesmo assim, são estes que oferecem as possibilidades e dão os limites.” (SANTOS, 2006, p. 180).

Contraditoriamente, os *espaços luminosos*, como assim denominou Milton Santos, são aqueles notadamente marcados pela penetração dos avanços tecnológicos sobre os territórios. Esses espaços são carregados pela técnica e valores hegemônicos que, aos poucos, vão suprimindo os espaços mais orgânicos das cidades. No entanto, Ana Clara Torres Ribeiro nos lembra que “o excesso de luz, produzido pela técnica e pela máquina, também traz cegueira” (RIBEIRO, 2012, p. 67). Jacques (2012, p. 284) explica que, na visão de Ana Clara Torres Ribeiro, “os homens lentos politizam o cotidiano, ao resistir em espaços opacos e sobreviver em espaços luminosos, eles seriam a síntese perfeita, político-filosófica, do ‘sobrevivente’”. Em suma, Santos nos mostra que lentidão é sabedoria³⁹, é a capacidade de provocar nos *homens lentos* novos olhares para o seu entorno, como também suscitar alternativas para transformá-lo.

Para além de Milton Santos, outros autores também denominaram essas pessoas que produzem resistência pelo ato existir e (sobre)viver nas cidades. Michel de Certeau os chamou de *praticantes ordinários da cidade*:

Mas “embaixo” (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. (CERTEAU, 1998, p. 171).

Ana Clara Torres Ribeiro os chamava de *sujeitos corporificados* ou, como nos aponta Jacques (2012), os seus corpos de *corpo-sujeito*. Ribeiro (2000, apud Jacques, 2012, p. 293) explica que “no campo das práticas, o *corpo-sujeito* pode permitir a resistência à reificação mercantil da vida social. [...] O corpo-sujeito precisa ser apreendido, assim, como âmbito reflexivo – material-espiritual, de uma nova cidadania”. Para Ribeiro a possibilidade da efetivação de um corpo-sujeito tem se

³⁹ “A pressa da hipermodernidade transforma os tempos modernos de Chaplin em pálida recorrência, e a imagem do *sábio artesão de ideias* cede lugar ao operário que se aliena, inclusive na universidade. Pode-se pensar a presença da arte em todas as práticas, nos interiores das mais diversas práticas artísticas. Seria a lentidão, aquela medida pela ampulheta, que nos dirá o que é preciso para *fabricar a arte*? Poder-se-ia pensar que a lentidão do artesão de palavras não é feita apenas de relógio, não mesmo, mas de história. A lentidão sobre a qual refletimos agora, talvez, pelo que parece, seja muito mais de tempos que, com a vida e com os cotidianos, se transformam e se alteram” (HISSA e MELO, 2011, p. 266).

dificultado devido a sujeição do corpo ao controle imagético e mercantilista da sociedade, que tendem a transformá-lo em corpo-máquina e/ou em corpo-imagem⁴⁰ (JACQUES, 2012).

Afora os movimentos revolucionários e populares que historicamente (e tradicionalmente) ocupam as ruas e espaços das cidades, outras iniciativas de resistência aos processos de homogeneização e espetacularização das experiências na cidade também se propuseram a ressignificar as ruas. A ideia do esforço educativo para perder-se na cidade, de Walter Benjamin⁴¹; bem como as ideias da Internacional Situacionista (IS) por meio da Psicogeografia e da Teoria da Deriva são exemplos de ações que desejavam experienciar a cidade por meio de outra lógica, além de questionar as formas excludente e homogeneizada da vida nas grandes cidades. Sobre a IS, nas palavras de David Harvey (2014, p. 12):

A Internacional Situacionista, grupo de intelectuais e artistas que se reuniram sob a figura de Guy Debord. Grosso modo, defendiam, para superar a alienação do fetiche da mercadoria e fazer uma revolução, não a promoção de formas tradicionais de luta (como, por exemplo, manifestações e greves) e a participação em organizações (por exemplo, partidos e sindicatos), mas a criação de situações revolucionárias, e, para tanto defendiam ações espontaneístas e intervenções artísticas, como happenings e outras formas de expressão que causassem algum choque (como cartazes, palavras de ordem e pichações).

A grande crítica apresentada pelos situacionistas baseava-se na forma como a modernidade afetou a vida nas grandes cidades, que passaram a ser marcadas pelo empobrecimento, perda ou destruição das experiências. Para Guy Debord, os cidadãos passaram a ser meros espectadores da cidade-espetáculo, deixando de ser sujeitos ativos na construção dela. Também se fazia presente a crítica em

⁴⁰ “Por fim, poderíamos dizer que o corpo-máquina, estimulado pelo monitoramento da vida através das novas tecnologias, e o corpo-imagem, decorrente da estetização da existência, constituem verdadeiros epicentros da alienação contemporânea. É por isto que o corpo-sujeito da bioética adquire atualmente tanta relevância.” (RIBEIRO, 2000, apud JACQUES, 2012, p. 293).

⁴¹ “Não poder orientar-se em uma cidade não significa grande coisa. Mas perder-se em uma cidade como quem se perde em uma floresta requer toda uma educação. Os nomes das ruas devem então falar àquele que se perde a mesma linguagem dos ramos secos que se quebram, e ruelas no coração da cidade devem refletir para ele as horas do dia tão claramente quanto um vale de montanha.” (BENJAMIN, 1993, p. 73).

relação à rigidez do urbanismo funcional e planejamento das cidades, portanto reivindicavam uma construção coletiva da cidade.

Benjamin também trata de um empobrecimento da experiência, que para ele está totalmente atrelado ao espaço e à produção de *fantasmagorias*, que distanciam os sujeitos de seu espaço vivido: “pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1994, p. 115). Ainda sobre o empobrecimento da experiência, Benjamin (1994, p. 118) afirma:

Não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles “devoram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos.

Quando Benjamin fala dessa desvinculação em relação ao patrimônio cultural, ele refere-se, portanto, a uma imposição de uma cultura que a maior parte das pessoas não assimilam, ou seja, é algo que não pertence a elas; ademais, é no seio da sociedade moderna-capitalista que a cultura é, efetivamente, transformada em produto, como Kurz explica no trecho abaixo:

A economia moderna surgiu à medida que a esfera capitalista da produção industrial se dissociou dos demais âmbitos da vida. A cultura, no sentido amplo, parecia ser uma atividade “extra-econômica”, banida, como simples subproduto da vida, para o chamado “tempo livre”. Essa foi a primeira degradação da cultura na modernidade: ela se transformou num assunto pouco sério, num simples “momento de descanso”. Mas tão logo o capitalismo dominou integralmente a reprodução material, seu apetite insaciável estendeu-se também às configurações imateriais da vida e, na medida do possível, começou a recolher peça por peça os âmbitos dissociados e submetê-los à sua peculiar racionalidade empresarial. Essa foi a segunda degradação da cultura: ela própria foi industrializada. (KURZ, 1998, *on-line*).

Essa onda massificadora e homogeneizante, que produziu uma “cultura global” – dos *fast foods*, das grandes redes de lojas de departamento, até nas características físicas das cidades e comportamentais em sociedade – é a mesma que, contraditoriamente, produz uma valorização das singularidades locais, das

especificidades dos lugares, da valorização dos artesãos, do desejo por conhecer e experimentar as características regionais e locais que nos diferem. Portanto, relacionar o papel da cultura e do ativismo que pretende a busca pelo direito a cidade, também deve passar pela compreensão deste caráter comercial de cultura, destacado no trecho acima por Robert Kurz; afinal, como já discutimos, os mercados de turismo e o lazer têm, por meio de sua materialização no espaço, a produção e venda dessas culturas que, por vezes, são alteradas, criadas ou têm seus protagonistas excluídos de todo processo ligado ao entretenimento turístico – sobretudo da parte do “lucro”.

Devemos lembrar, portanto, que a discussão sobre direito à cidade parte dos pontos que foram discutidos nos textos anteriores sobre a relação estrutural de produção da vida humana e como isso se reflete na produção dos espaços da cidade. O direito à cidade reivindicado por Henri Lefebvre em sua obra de mesmo nome, parte de uma visão revolucionária do direito ao acesso e uso da cidade, que tem como principal argumento a “prioridade do valor de uso” em detrimento do valor de troca, como destacado no trecho abaixo. Isso implica, portanto, em uma lógica de formação sócio-espacial distinta do capitalismo, sobretudo daquele voltado aos interesses financeiros. Para ele:

Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, *prioridade do valor de uso*, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, 2001, p. 118, grifo nosso).

Ele ainda prossegue: “O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização” (LEFEBVRE, 2001, p. 118). Aqui podemos ver o quanto o caráter revolucionário se faz presente na teorização empreendida por Lefebvre; no entanto, é perceptível o quanto o conceito teve seu sentido banalizado, reduzido a garantia de direitos institucionais e burgueses.

David Harvey, um estudioso da obra de Lefebvre, é um dos pesquisadores que contribui para repensar esse conceito, enfatizando seu caráter revolucionário e disruptivo. Harvey discorre que:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos (sic). *O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos*: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY. 2012, p. 74, grifo nosso).

Uma vez que o direito de poder reconstruir a nós mesmos e a cidade é um direito que nos foi negado, as insurgências urbanas: artistas, coletivos e movimentos artísticos com caráter anticapitalista, ativista e/ou vanguardistas têm surgido cada vez mais nas grandes metrópoles urbanas. Mas em que medida podemos afirmar que elas estão em busca pelo direito à cidade?

Neste sentido, Lefebvre defendia uma cotidianidade *lúdica* e criativa contra a cotidianidade repetitiva (CARLOS, 2020), reflexo de um modo de produção orientado para excessivas normatizações e privações presentes no nosso cotidiano. “O cotidiano, ao mesmo tempo em que é um produto da história, é resíduo, e nesta condição é no cotidiano que está tudo aquilo que pode construir um projeto de uma nova sociedade pela reunião dos resíduos.” (*Ibidem*, 2020, p. 364).

Debortoli (1999 p. 115) entende a ludicidade como “a capacidade de se brincar com a realidade”, para ele o “gesto lúdico é a expressão do sujeito criador, capaz de ressignificar o mundo, ou até transformá-lo” (*Ibidem*, 1999, p. 115). É, portanto, alterando a vida cotidiana que podemos começar a reivindicar o direito de mudar a cidade, de transformá-la, aos poucos, naquilo que desejamos que ela se torne. Assim, reivindicar a ludicidade da/na cidade é, também, um ato revolucionário diante da cotidianidade do mundo moderno/capitalista.

O gesto lúdico, nesse sentido, é essa riqueza, essa capacidade que os seres humanos têm de encontrar brechas na realidade imediata, tornando possível sua ressignificação, e trazendo a esperança de

sua transformação. Como ressalta Solange Jobim e Souza (1996), sendo capaz de denunciar o novo no contexto do sempre igual desmascarando o fetiche das relações de produção e consumo. (DEBORTOLI, 1999, p. 116).

Portanto, acreditamos no potencial dessa ludicidade – criadora e recriadora de novas realidades – e na formação de *espaços lúdicos* nas cidades como resistências aos processos gerados pela urbanização capitalista.

É preciso ter em mente, ainda, que o pleno direito à cidade pensado por Lefebvre exige uma ruptura com o atual modo de produção, uma vez que, como já discorremos anteriormente, os interesses de acumulação e expansão do capital se sobrepõem às necessidades da maioria das pessoas. Para Lefebvre (2001), com o fim do modo de produção capitalista seria possível a realização da vida urbana que valorizasse o valor de uso do espaço, em detrimento do valor de troca, assim, “a cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção”. (LEFEBVRE, 2001, p. 138).

Dessa forma, as grandes metrópoles contemporâneas, imersas nas relações da atual fase do capitalismo (financeiro) são carregadas de marcas que reforçam as tentativas de controle dos usos de seus espaços. É nessa mesma cidade que interesses – de classe, sobretudo – são postos, gerando tensões e dissensos⁴² (RANCIÈRE, 1996). À luz do que o próprio Lefebvre já dizia, a cidade é local da emergência de conflitos distintos; é na cidade que emergem as lutas, sejam reformistas ou revolucionárias. Harvey (2014, p. 247, grifo nosso) reforça que “o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um *corpo político* [...] que erradique a pobreza e a desigualdade social” e, além disso, que ponha um ponto final na degradação ambiental que está relacionada, diretamente, com os atuais padrões de produção e consumo da sociedade sob o modo de produção capitalista.

⁴² “Sob o nome de dissenso, é portanto esse modo de racionalidade que tentarei pensar. A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: o antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. Minha hipótese é portanto a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão.” (RANCIÈRE, 1996, p. 368).

*Respostas virão do tempo
Um rosto claro e sereno me diz
E eu caminho com pedras na mão
Na franja dos dias esqueço o que é velho
O que é manco
E é como te encontrar
Corro a te encontrar
Milton Nascimento – Ao que vai nascer⁴³*

Figura 10: movimento de maio de 1968 na França⁴⁴



Autor desconhecido, 1968⁴⁵

⁴³ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=NktvHJF8QVM>

⁴⁴ “O movimento das ocupações [Maio de 1968] foi o início da revolução situacionista, mas foi só o começo, como prática da revolução e como consciência situacionista da história. É só agora que toda uma geração, internacionalmente, começou a ser situacionista.” (DEBORD, 1972, apud JACQUES, 2003, *on-line*).

⁴⁵ **Fonte:** <http://cavesdumajestic.canalblog.com/archives/2014/05/19/29885293.html>. Acesso 21 de out. de 2020.

Figura 11: movimento de maio de 1968 na França⁴⁶



Autor desconhecido, 1968⁴⁷

⁴⁶ “A França de maio de 68 empurrou a Europa para uma onda de eventos e transformações culturais que ainda se fazem sentir na sociedade contemporânea. Assim, “Debaixo dos paralelepípedos, a praia” é um dos slogans entre tantos outros – como “É proibido proibir” – que anuncia os fenômenos históricos deste extraordinário episódio histórico dos anos sessenta do século XX. Essa frase ainda está presente na memória coletiva, evocando esse período de desordem e resalto na história da cultura europeia. Era primavera e durante as primeiras manifestações que serviram de palavra de ordem para esta revolução, os paralelepípedos das barricadas – erguidas por toda Paris – eram sustentadas por leitos de areia. “Debaixo das pedras do calçamento, a praia! Não foi um convite à construção de barricadas e um apelo ao ódio, à violência contra as Empresas Republicanas de Segurança (CRS), mas um slogan que anunciava, com toda a honestidade, a liberdade e a crença no futuro mais sorridente. Espalhada nas ruas de Paris e nas províncias, essa frase se tornou um dos lemas mais famosos do ano 1968.” (PINA, 2020, p. 1, tradução nossa).

⁴⁷ **Fonte:** <http://cavesdumajestic.canalblog.com/archives/2014/05/19/29885293.html>. Acesso 22 de out. de 2020.

Figura 12: “debaixo da praça, a praia”



Autor desconhecido, jan. 2010⁴⁸

Figura 13: “debaixo da praça, a praia”



Autor desconhecido, jan. 2010⁴⁹

⁴⁸ **Fonte:** “Praia da Estação: Debaixo da praça a praia, debaixo da praia uma cidade inteira a ser ocupada”. Em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/2010/01/21/prai-da-estacao/>. Acesso: 30 de dez. 2020.

⁴⁹ **Fonte:** “Praia da Estação: Debaixo da praça a praia, debaixo da praia uma cidade inteira a ser ocupada”. Em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/2010/01/21/prai-da-estacao/>. Acesso: 30 de dez. 2020.

Figura 14: ocupe o Largo da Batata



Autor: Raphael Franco, mar. 2013⁵⁰

⁵⁰ **Fonte:** <https://raphael francoart.wordpress.com/2014/02/04/a-batata-precisa-de-voce/>. Acesso em 05 de dez. de 2020.

Figura 15: occupy Wall Street



Autor: Courtesy Justin Sherman, 2011⁵¹

Figura 16: occupy Wall Street



Autor: Alex Brandon/AP, 2011⁵²

⁵¹ **Fonte:** <https://edition.cnn.com/2011/10/14/opinion/kohn-occupy-protest/index.html>. Acesso em: 05 de dez. de 2020.

⁵² **Fonte:** https://www.washingtonpost.com/national/on-leadership/what-is-occupy-wall-street-the-history-of-leaderless-movements/2011/10/10/gIQAwkFjaL_story.html. Acesso em: 05 dez. de 2020.

5. Revitalização: discursos e práticas em Belo Horizonte

*Uma cidade toda paredão.
Paredão em volta das casas.
Em volta, paredão, das almas.
O paredão dos precipícios.
O paredão familiar.*

*Ruas feitas de paredão.
O paredão é a própria rua,
onde passar ou não passar
é a mesma forma de prisão.*

*Paredão de umidade e sombra,
sem uma fresta para a vida.
A canivete perfurá-lo,
a unha, a dente, a bofetão?
Se do outro lado existe apenas
outro, mais outro, paredão?*

Carlos Drummond de Andrade – Paredão⁵³

A cidade reproduzida sob os interesses do capitalismo financeiro, inserida, sobretudo, na lógica que Debord chamou de *queda tendencial do valor de uso* em detrimento de um aumento da importância do valor da troca, reflete, cada vez mais, as características da sociedade de consumo em que vivemos. Isso torna ainda mais emergente as lutas anticapitalistas que contribuem para a reapropriação dos espaços – principalmente os enobrecidos, revitalizados, controlados – das cidades.

As revitalizações urbanas são temas amplamente discutidos na área das ciências espaciais, sobretudo por meio dos casos mais marcantes, dentro e fora do Brasil: a Paris de Haussmann, o Rio de Janeiro de Pereira Passos, o Pelourinho em Salvador, entre outros, inclusive mais recentes. O que é comum em todos eles é que contam com fortes características higienistas, com um intuito de se expurgar, apagar o que é visto como problemas para os espaços, o que inclui quem vive ali; o que resta dessa expulsão é um simulacro, um espaço desprovido de signos e significados próprios, mas algo criado.

De acordo com Santos (1977) o planejamento urbano passou a ser pautado no uso das formas nos países periféricos, facilitando os mecanismos de expansão do capital. O autor argumenta que “através da ação sobre as formas, tanto novas

⁵³ ANDRADE (2017, p. 16)

como renovadas, o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas.” (*Ibidem*, p.35).

Santos (1977) também contribui no sentido de explicar como as formas urbanas são responsáveis pela reestruturação dos espaços, ou seja, como a mudança das formas e das funções, provocadas sobretudo pelo capital, resulta em uma condição sócio-espacial diferente da anterior. Para tanto, o autor utiliza o exemplo de Kariakoo na Tanzânia e de Maracaibo, Venezuela. Em ambos os exemplos as alterações das formas espaciais foram definidoras de novas funções, estruturas e processos presentes nos espaços, portanto, as formas espaciais são capazes de alterar, de forma contundente, a estrutura produtiva dos espaços, alterando também as estruturas sociais.

O objetivo deste texto é, portanto, pensar como as dinâmicas mais recentes de operações urbanas na região do hipercentro de Belo Horizonte afetou a paisagem e a cotidianidade da cidade, por meio da alteração das categorias de análise do espaço, elencadas por Milton Santos. Não pretendo, porém, empreender uma análise técnica em relação às intervenções, mas refletir sobre como essas intervenções impactou a vida na cidade, sobretudo como ela influenciou os movimentos analisados aqui – o Duelo de MC's, a Praia da Estação e o Carnaval de rua.

Destacamos, primeiramente, o programa Centro Vivo, planejado e executado pela Prefeitura de Belo Horizonte na gestão do prefeito Fernando Pimentel (PT). O programa previa uma grande mudança dos espaços públicos da região central, uma delas contava com a remoção dos camelôs das calçadas. Além disso, a implementação do código de posturas, sob a lei nº 8616, de 14 de julho de 2003, implicou em uma redefinição da legislação no tocante a apropriação dos espaços públicos da cidade (BARROS, 2019⁵⁴). Nas imagens que seguem podemos perceber as diferenças entre o antes e depois da operação urbana.

⁵⁴ [Referente a entrevista concedida a Alice Saute Leitão] (LEITÃO, 2019).

Figura 17: Centro de Belo Horizonte antes do “Centro Vivo”



Autor desconhecido, s/d. Fonte: PBH⁵⁵

Figura 18: Centro de Belo Horizonte antes do “Centro Vivo”



Autor desconhecido, s/d. Fonte: PBH

⁵⁵ **Fonte:** Centro Vivo:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf

Figura 19: Centro de Belo Horizonte depois do “Centro Vivo”



Autor desconhecido, s/d. Fonte: PBH

Figura 20: Centro de Belo Horizonte depois do “Centro Vivo”



Autor desconhecido, s/d. Fonte: PBH⁵⁶

É possível destacar aqui uma grande diferença na paisagem e na cotidianidade da vida urbana, que se alteram a partir das mudanças implementadas pelo programa⁵⁷. A promessa da prefeitura era de remanejar os camelôs e

⁵⁶ **Fonte:** Centro Vivo:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf

⁵⁷ “Teve um processo muito grande pra retirada dos trabalhadores ambulantes, dos camelôs do centro, com a proposta de construção de shoppings populares. Essa foi uma ação muito forte do governo Pimentel. E também com processos de revitalização de vias, recuperações de edificações antigas, criando corredores como o da rua Caetés, por exemplo, recuperação de prédios antigos no

ambulantes para os chamados *shoppings* populares, a fim de melhorar a segurança, o espaço das calçadas, entre outros. Embora a iniciativa pareça, em um primeiro momento positiva, o que se percebeu na prática foi uma iniciativa de cunho segregador e especulativa.

Figura 21: Vista parcial da Praça Rui Barbosa em Belo Horizonte (MG)



Autor não identificado, entre 1930 e 1990. Fonte: APM⁵⁸

A região da Praça da Estação, seio dos nossos objetos de interesse, também já havia sido alvo de operações. A Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação, está localizada no hipercentro de Belo Horizonte; ela foi um

hipercentro, recuperação de estabelecimentos tradicionais, como o Café Nice. Enfim, uma série de intervenções, a própria recuperação/revitalização da Praça Sete. Mas também ações que ensejaram uma mudança muito radical do ponto de vista da concepção da política pública urbana.” (BARROS, Rafael. Mai/jun, 2019. Entrevista a Alice Saute Leitão) (LEITÃO, 2019).

⁵⁸ Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>
Idem as demais fotografias da mesma fonte.

importante marco na história da capital mineira por ter sido uma “porta de entrada” de pessoas e produtos para construção da nova capital. Os versos que seguem de Carlos Drummond de Andrade já denunciavam o descaso do poder público com a Praça e o modo como este espaço público era percebido; além disso, o poeta mineiro também aponta para as intervenções na Praça como rupturas que, nas palavras dele, “querem mascarar a memória urbana”.

Praça da Estação – Carlos Drummond de Andrade⁵⁹

*Duas vezes a conheci: antes e depois das rosas.
Era a mesma praça, com a mesma dignidade,
O mesmo recado para os forasteiros: esta cidade é uma
promessa de conhecimento, talvez de amor.
A segunda Estação, inaugurada por Epitácio,
O monumento de Starace, encomendado por Antônio Carlos
São feios? São belos?
São linhas de um rosto, marcas da vida.
A praça da entrada de Belo Horizonte,
Mesmo esquecida, mesmo abandonada pelos poderes públicos,
Conta pra gente uma história pioneira.
De homens antigos criando realidades novas.
É uma praça – forma de permanência no tempo.
E merece respeito.
Agora querem levar para lá o metrô de superfície.
Querem mascarar a memória urbana, alma da cidade
Num de seus pontos sensíveis e visíveis.
Esvoaça crocitante sobre a praça da Estação
O Metrobel decibel a granel sem quartel
Planejadores oficiais insistem em fazer de Belo Horizonte
Linda, linda, linda de embalar saudade
Mais uma triste anticidade.*

A Praça foi construída para abrigar a estação de trem, na década de 1890, para atender e concentrar os novos fluxos de insumos, mercadorias e pessoas que a construção da nova capital geraria. Contudo, a partir da década de 1950 o modal rodoviário começa a receber investimentos e é, portanto, valorizado em detrimento de outros. Assim, as ferrovias, bem como as estações ferroviárias tornaram-se obsoletas. Desta maneira houve uma mudança do uso da Estação Central, privilegiando o transporte de cargas e alguns poucos trens com transporte de passageiros (MIRANDA, 2007).

⁵⁹ Publicado no jornal Estado de Minas 19 de jan. de 2019. Citado por Raggi (2015, p. 123).

Neste momento, a Praça da Estação conta com algumas edificações que dividem com ela a mesma região da cidade, formando um conjunto arquitetônico. Sendo eles a Serraria Souza Pinto, os viadutos Santa Tereza e Floresta, a Escola de Engenharia da UFMG e o antigo Instituto de Eletrotécnica da UFMG, atual Centro Cultural da UFMG (MIRANDA, 2007).

A década de 1960 foi marcada pelo alargamento da Av. do Andradas que implicou na redução da área da praça e adaptações no seu projeto. Nas décadas de 1970 e 1980 surge a proposta de transformar toda a região em um grande terminal viário com integração ao metrô, o que implicaria na demolição de seu conjunto arquitetônico. Tal proposta gerou uma movimentação de arquitetos e urbanistas pelo tombamento dos edifícios (MIRANDA, 2007). Destaca-se também, que a década de 1970 foi marcada pelo esvaziamento e desvalorização de regiões centrais por meio do surgimento de novas centralidades, provocando deslocamentos das classes média e alta que residiam nas regiões próximas aos centros simbólicos e políticos das cidades (JAYME; TREVISAN, 2012).

O início da década de 1980 foi marcado por um período em que a Praça ganhou certa importância do ponto de vista patrimonial, sendo tema de um encontro que gerou debates sobre sua preservação e de seu entorno⁶⁰. Já no final desta década e início da década de 1990 o conjunto recebe diversas propostas urbanísticas com objetivo de retomar seu valor cultural e ‘revitalizar’ seu conjunto. É importante salientar que a década de 1990 foi marcada por intervenções de ‘revalorização’ dos centros históricos no país (JAYME; TREVISAN, 2012).

Já recentemente, na década de 2000, a região da Praça começou a receber intervenções físicas, também por meio do programa Centro Vivo, que tinham por objetivo promover uma ‘revitalização’ dos espaços públicos do Hipercentro. Tais operações urbanas são fortemente criticadas por terem um caráter marcadamente higienista (JAYME; TREVISAN, 2012).

Podemos observar, nas imagens abaixo, que a Praça da Estação e seu entorno sofreram alterações em sua forma antiga, implicando em novos processos e funções decorrentes da alteração dessa forma. Sua esplanada, projetada inicialmente para servir como estacionamento, ganha uma nova função em

⁶⁰ “1981 - Prédio da Serraria Souza Pinto é tombado pelo IEPHA/MG, dentro de todo o conjunto da Praça da Estação. Ocorre também a realização do I Encontro pela Revitalização da Praça Rui Barbosa.” (MIRANDA, 2007, p. 67).

decorrência de sua nova forma. Há na Praça, atualmente, duas fontes, um monumento⁶¹ e grandes postes laterais para iluminação, localizados de forma simétrica em toda extensão, árida e pouco convidativa ao encontro e convívio social cotidiano na Praça:

Figura 22: Praça da Estação antes do Centro Vivo



Autor não identificado, s/d⁶²

Figura 23: Praça da Estação após o Centro Vivo



Autor não identificado, s/d⁶³

⁶¹ “O Monumento à Terra Mineira é uma das obras do escultor Giulio Starace que se encontra na esplanada da Praça da Estação, em frente ao Museu de Artes e Ofícios. Foi inaugurado no dia 15 de julho de 1930, na presença do então Presidente de Estado Antônio Carlos Andrada, do ministro Francisco Campos e do professor Aurélio Pires. Esculpido em granito, o monumento representa o domínio do território pelos bandeirantes e a conquista da liberdade pelos mártires mineiros, a obra é composta por uma figura alegórica de Minas e por quatro relevos encravados no bloco central. Na parte da frente, há a representação de Bruzza Spinosa. Na face lateral direita, figura o mártir de Tiradentes. Na face lateral esquerda, é representado o mártir de Felipe dos Santos e, na face posterior, o “Caçador de Esmeraldas”, Fernão Dias Paes.

No alto, a figura de um homem nu inspirada em Apolo, com uma bandeira em punho, também de bronze, representa o heroísmo do cidadão mineiro. Abaixo de uma das placas encontra-se a inscrição em latim “Montani Semper Liberti” (a montanha sempre está livre).” Fonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativos-turisticos/obras-de-arte/monumento-terra-mineira>

⁶² **Fonte:** Blog Grupo Praça da Estação. Disponível em: <http://grupopracadaestacao.blogspot.com/>

De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte, o programa Centro Vivo previa, na Praça da Estação: (1) “a recuperação do marco simbólico (portal de entrada), (2) adequação [do] espaço público para manifestações e eventos e (3) melhoria do acesso a Estação Central do trem metropolitano”⁶⁴. Porém, alguns anos após o final da operação urbana na Praça, em 2009, o então prefeito Marcio Lacerda (PSB) proíbe eventos de qualquer natureza na Praça da Estação por meio do decreto nº 13.798, de 9 de dezembro de 2009⁶⁵. Este pode ser considerado, como nos aponta Campos (2015, p. 5), uma espécie de “estopim de uma expansão exponencial de mobilizações que deram início a um processo de construção coletiva – ou conectiva – de novos arranjos de associação e formas de produção artística e experiência urbana”.

Já em 2010, sob a mesma justificativa alegada para elaboração do decreto – a de preservar o patrimônio público – a prefeitura fechou toda a praça com um muro, impedindo qualquer acesso, como podemos ver na imagem abaixo. Ação que certamente representou uma tentativa de cerceamento das pessoas ao espaço público, sobretudo em razão da recente apropriação da Praça pelos manifestantes da *Praia da Estação*, que pediam o direito do uso livre deste espaço.

⁶³ **Fonte:** Blog Grupo Praça da Estação. Disponível em: <http://grupopracadaestacao.blogspot.com/>

⁶⁴ **Fonte:** Centro Vivo:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf

⁶⁵ Diário Oficial do Município - DOM:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>

Figura 24: Praça da Estação rodeada por muros



Autor não identificado. ANDRÉS, 2010⁶⁶

Passados mais alguns anos de disputas, em 2013 a Prefeitura de Belo Horizonte apresenta uma proposta de construção de um “Corredor Cultural da Praça da Estação”. Como Berquó (2015 p. 21) demonstra em seu trabalho, a ideia do projeto apresentado pela Prefeitura privilegiaria “interesses privados ocultos, voltados especificamente para a valorização dos terrenos situados no local”, não sendo a sua real finalidade a valorização da(s) cultura(s), uma vez que essa última já estaria presente nos diversos movimentos apontados por ela em seu trabalho⁶⁷. As imagens que seguem fazem parte deste projeto:

⁶⁶ Reprodução: Roberto Andrés, em:

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.119/3461>

⁶⁷ Ver **figura 1** desta dissertação.

“No início de 2013, a Fundação Municipal de Cultura organizou duas reuniões públicas para apresentação desse projeto à sociedade civil. Nessas oportunidades ficou evidente a insatisfação dos movimentos sociais e culturais atuantes na região com o “Corredor Cultural” proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte, cujo projeto havia sido elaborado sem a participação dos grupos e pessoas afetados e cujas propostas apontavam para a gentrificação daquele território.

Os movimentos passaram a afirmar que “O Corredor Cultural já existe!”. A função do poder público seria “torná-lo mais possível, incorporando todos esses agentes que compõem a vida do espaço, o que inclui agentes culturais, população de rua e o proletariado da cidade”. De fato, desde 2007, diversos movimentos culturais já aconteciam de forma espontânea e autônoma naquela região.” Disponível em: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>. Último acesso em: 02 de jan. 2021.

Figura 25: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação



Fonte: André Buarque Arquitetura, 2013⁶⁸

Figura 26: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação



Fonte: André Buarque Arquitetura, 2013⁶⁹

⁶⁸ Reprodução: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>

⁶⁹ Reprodução: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>

Figura 27: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação



Fonte: André Buarque Arquitetura, 2013⁷⁰

Figura 28: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação



Fonte: André Buarque Arquitetura, 2013⁷¹

⁷⁰ Reprodução: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>

⁷¹ Reprodução: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>

Figura 29: Projeto Corredor Cultural da Praça da Estação

Fonte: André Buarque Arquitetura, 2013⁷²

Por fim, o discurso da revitalização das áreas centrais das cidades tornou-se um campo aberto para as operações segregacionista e de higienização dos espaços públicos, como foi apontado por Jayme e Trevisan (2012). Estes espaços, tornam-se instrumentos para a (re)produção capitalista do/no espaço urbano das grandes cidades. É por meio destas intervenções, de cunho neoliberal, que os espaços públicos adquirem características de consumo privado. Assim, a (re)produção do espaço urbano capitalista coloca em segundo plano os aspectos socioculturais da utilização do mesmo.

A Praça da Estação, portanto, foi alvo de intervenções espaciais que, sob um enfoque neoliberal, favoreceriam a valorização desses espaços e a reprodução do capital no espaço urbano por meio, sobretudo, das tentativas de enobrecimento do espaço e especulação imobiliária. Mais do que somente as alterações da forma e função, os interesses políticos escusos por trás dessas intervenções foram responsáveis pela mobilização de certos grupos que tinham por objetivo retomar a ideia da construção de uma cidade mais justa e menos segregada. Neste contexto destacamos a efervescência de ações político-culturais espontâneas como forma de

⁷² Reprodução: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>

reapropriação deste espaço pela sociedade – analisaremos três delas nos textos que seguem.

*Agora as portas vão todas se fechar
No claro do dia, o novo encontrarei
E no curral del Rei
Janelas se abram ao negro do mundo lunar
Mas eu não me acho perdido
No fundo da noite partiu minha voz
Milton Nascimento – Clube da Esquina⁷³*

⁷³ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=yco8uE4wT7M>.

6. Duelo de MC's: a propagação da cultura da rua

*De um lado a censura, a repressão o trabalho em vão
Do outro a mistura, a cultura, a criação
Que brota noite adentro e no coração do Centro
Planta novamente a semente das block parties⁷⁴.
Família de Rua – Nós⁷⁵*

As vozes que ecoam das ruas anseiam ser ouvidas. Elas gritam por justiça, por igualdade, por direitos ou, em última instância, por socorro. A resistência por meio da(s) cultura(s) implica não só em um questionamento da valorização do que é imposto como cultura dominante, mas também enseja a importância de lutar por causas diversas. Os movimentos do RAP e do Hip-Hop são tidos como desses movimentos que têm sua força, como resistência, nas bordas e periferias das cidades.

Em Belo Horizonte, o Duelo de MC's representa, em um lado, o desejo pelo acesso a cultura do RAP e Hip-Hop – com todos os seus signos e símbolos aos quais não cabe aqui detalhar⁷⁶ – bem como o desejo pelo acesso à cidade. O Duelo já ocupou, desde 2007, três lugares diferentes: iniciado na Praça da Estação – onde sofreu proibição – migrou-se para onde se encontra, atualmente, a calçada do Centro de Referência da Juventude (antigo Centro Cultural Miguilim), firmando-se, por fim, no baixio do viaduto Santa Tereza, onde podia estar abrigado das chuvas (ANDRADE JÚNIOR, 2013).

A relação do Duelo com o espaço que ele ocupa é perceptível nos grafites e pichações que cobrem as paredes, colunas e vigas do baixio do viaduto Santa Tereza. O espaço apropriado, a territorialidade exercida ali é refletida sob diversas formas de linguagens; diferentemente das batalhas de rima, que possuem periodicidade e limite de tempo, as manifestações visuais não se apagam ao final do evento, ampliando a possibilidade ressignificar o espaço.

⁷⁴ “Na tradução para o português, “festas do bloco”, que surgiram no início do movimento hip-hop em Nova Iorque, na década de 1970. Eram festas em que membros de um bairro se reuniam para dançar. Os agitadores culturais fechavam o quarteirão para o tráfego de veículos e transformavam a rua em pista de dança.” (ANDRADE JÚNIOR, 2013, p. 203).

⁷⁵ Em: https://www.youtube.com/watch?v=DHRAfX_j53o.
Ver álbum completo em: <https://familiaderua.bandcamp.com/album/o-som-que-vem-das-ruas>.

⁷⁶ Para aprofundar neste tema sugiro a dissertação de Andrade Júnior, 2013.

Figura 30: Duelo de MC's



Autor: Pablo Bernardo / Indie BH, 2017⁷⁷

Figura 31: Duelo de MC's



Autor: Uarlen Valerio / O Tempo, 2013⁷⁸

⁷⁷ Fonte: <https://www.brasildefatomg.com.br/2017/09/01/a-batalha-que-mexeu-com-o-rap-nacional-10-anos-de-duelo-de-mcs>.

⁷⁸ Fonte: <https://www.otempo.com.br/cidades/coletivo-familia-de-rua-retorna-as-atividades-com-duelo-de-mcs-1.740987#>.

A partir da consolidação do Duelo naquele espaço, o baixio do viaduto passa a ser visto como um importante catalisador de confluências distintas para a cidade, ele se tornou berço e/ou palco de diversas manifestações de cunhos cultural e político. O destaque maior é para a formação do Real da Rua, um coletivo que surgiu pela parceria entre a ONG PACTO e o coletivo Família de Rua (FDR) com objetivo de discutir sobre questões relacionadas ao viaduto e ocupação livre dos espaços públicos da cidade (BERQUÓ, 2016).

A diversidade de manifestações culturais que, desde o surgimento do Duelo, em agosto de 2007 passaram a ocorrer no baixio do viaduto, tornaram-no um dos mais importantes polos de discussão política da cidade. Os debates que ali se engendravam, apesar de fortemente ligados à questão territorial, ultrapassavam, muitas vezes, temáticas apenas locais (*Ibidem*, 2016, p. 19).

O viaduto começa a se projetar, então, como um símbolo de resistência e luta pela ocupação dos espaços da cidade. É dessa influência que se acirram, por um lado, a tentativa de contenção dos movimentos e implementação de uma política higienista no espaço, e por outro, o surgimento de mais movimentos de resistência em resposta a essas políticas de controle e segregação espacial.

O fato é que o Duelo de MC's passa a exercer influência não só sob o viaduto em que ocorre as batalhas de rimas, essa influência nasce, sobretudo, a partir das regiões periféricas ao centro e, ao se apropriar de um lugar central, oportuniza a abertura de discussões sobre acesso ao lazer, entretenimento e produção cultural. O Duelo é, sem dúvidas, uma opção de lazer para a juventude belo-horizontina, principalmente pela diversidade de público que recebe, como aponta Andrade Júnior (2013, p. 128): “O espaço se tornou para eles referência de liberdade, subversão à ordem estabelecida e de convivência entre pessoas com diferentes origens, histórias e classes sociais”.

Além disso, o mesmo autor (2013) também chama atenção para a diversidade de tribos que se reúnem no Duelo, facilmente percebida pelos trajés, penteados e outros símbolos que carregam. Berquó (2016) também chama atenção para o fato de o Duelo contar com participações significativas da população de rua que vive nos arredores.

Assim, o crescimento do Duelo de MC's extrapolou os limites municipais e estaduais. O coletivo FDR organiza anualmente o Duelo de MC's Nacional, um evento que conta com representantes de todas as regiões do país, que acontece que na capital mineira desde o ano 2012. O evento tomou proporções tão grandes que migrou do baixo do viaduto para a rua Aarão Reis (no quarteirão entre o viaduto e a Praça da Estação) em 2018 e, em 2019, teve sua edição realizada na esplanada da Praça da Estação. A Praça, que tanto foi alvo de disputas políticas em sua história recente.

Figura 32: Final Duelo Nacional 2018



Elaborada pelo autor, 2018

Figura 33: Final Duelo Nacional 2019



Elaborada pelo autor, 2019

A potência transformadora do Duelo perpassa, portanto, por diversos âmbitos; contudo, as questões da cultura e do espaço têm um caráter central na construção e consolidação do movimento na cidade. Tanto as repressões vividas e relatadas pelos organizadores desde a criação do Duelo, quanto as propostas de enobrecimento do espaço representaram (e ainda representam) tentativas de enfraquecimento deste movimento.

Destacamos ainda, a capacidade do Duelo de levar a periferia para as áreas centrais da cidade em busca de uma opção de lazer que raramente têm acesso nas proximidades da sua casa; uma vez que a cidade ainda é reprodutora das desigualdades. Assim, acreditamos que as rimas, a poética, os corpos que dançam, as tintas que ressignificam a paisagem urbana, entre outras manifestações, carregam uma natureza lúdica e a possibilidade de transformação da vida cotidiana imposta na cidade.

Podemos ainda dizer que as batalhas em si se caracterizam como *jogo* descrito por Johan Huizinga em *Homo ludens*, em que ele o analisa como elemento cultural. Para além disso, é preciso, ainda, considerar *o que* os(as) MC's dizem e, sobretudo, *como* eles dizem; a expressão corporal e a linguagem são elementos marcantes na forma de atuação desses(as) artistas nos palcos.

Por fim, o Duelo contribui com o questionamento dos usos previamente estabelecidos dos espaços, se apropriando de um elemento simbólico da cidade, porém em local visto (ou ensinado a ser visto) como degradado. Assim, o baixio do viaduto de Santa Tereza adquire novas funções, mesmo que temporárias, por meio das batalhas de MC's e toda repercussão gerada pelo surgimento de outros movimentos no entorno.

Figura 34: Final Duelo Nacional 2019



Elaborada pelo autor, 2019

Figura 35: Final Duelo Nacional 2019



Elaborada pelo autor, 2019

Figura 36: Final Duelo Nacional 2019



Elaborada pelo autor, 2019

Figura 37: Final Duelo Nacional 2019



Elaborada pelo autor, 2019

Figura 38: Final Duelo Nacional 2018



Elaborada pelo autor, 2018

Figura 39: Final Duelo Nacional 2018



Elaborada pelo autor, 2018

7. O “lugar praia”

*Eu nos caminhos
Nos morros
Naqueles corpos todos*

*Nas decadências de um mar
Que me levava ao centro de tudo
Que me tomava tudo*

*Eu no deserto sorridente
Uma alma viva
Bamba cadência do congado
Nesse mar moderno
[...]
Criar o mar
Mareia
Luan Nobat – Praia da Estação⁷⁹*

Figura 40: Decreto municipal que proibia a realização de eventos na Praça da Estação



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

Diário Oficial do Município - DOM

Quinta-feira, 10 de Dezembro de 2009 Ano XXVI - Edição N.: 3481

Poder Executivo
Secretaria Municipal de Governo

DECRETO Nº 13.798 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei Orgânica Municipal, considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2009

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, Diário Oficial do Município. Dez, 2009⁸⁰

⁷⁹ **Em:** <https://www.youtube.com/watch?v=gXTHFyCCkRg>

⁸⁰ **Fonte:** Diário Oficial do Município – DOM:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>

Certamente o decreto municipal de 2009 foi um divisor de águas na história recente da cidade de Belo Horizonte. O decreto instigou a movimentação de pessoas com atuações distintas a questionarem o ato vertical e autoritário do então prefeito da capital, Márcio Lacerda (PSB). O decreto não só tinha uma natureza arbitrária, mas também contrariava os usos previstos a partir das reformas e “revitalizações” do espaço da Praça feitas pela prefeitura alguns anos antes, que previa “adequação [do] espaço público para manifestações e eventos”⁸¹.

Os motivos dessa proibição, de acordo com a prefeitura, se pautavam na dificuldade de limitar o público dos eventos e a depredação do patrimônio público da praça. A mobilização contra a ação arbitrária da Prefeitura de Belo Horizonte iniciou-se por meio da internet. Na segunda-feira, 14 de dezembro de 2009, foi criado o blog Vá de branco, que convocava a população para um protesto contra o decreto. Esta ação resultou no surgimento da Praia da Estação, que teve sua primeira edição no dia 16 de janeiro de 2010⁸².

O que se sucedeu a partir das discussões iniciadas em torno da proibição dos “eventos de qualquer natureza” na Praça, transcende ao caráter contestador do questionamento ao decreto. Embora o decreto tenha sido uma espécie de estopim, a demanda por esse espaço-lugar aberto, lúdico, plural, etc. persistiu no imaginário dos que mergulharam nas primeiras ondas de protesto e lazer. Assim, o movimento se fortaleceu enquanto um espaço de discussões políticas e também como uma opção de lazer. A criação do Movimento Fora Lacerda e o impulsionamento do carnaval de rua são exemplos deste transbordamento das ondas praianas na cidade. Portanto, enxergamos a Praia da Estação, vivenciada em Belo Horizonte durante os períodos de verão, como uma dessas experiências lúdicas que teimam em questionar os usos previamente direcionados dos espaços públicos da cidade.

⁸¹ **Fonte:** Centro Vivo: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf

⁸² **Fonte:** Blog Vá de Branco: <http://vadebranco.blogspot.com>

Figura 41: Praia da Estação

Elaborada pelo autor, 2018.

Uma praia na praça é, a nosso ver, uma forma de protesto carregada de expressões e significados subjetivos. Destaca-se a criação de situações que configuram uma tentativa de fuga à normalidade fria da cidade, vazia de sentimento, contribuindo, assim, para o aumento da possibilidade de novas experiências urbanas. Esse sentido lúdico que acreditamos ser capaz de transformar a vida real e cotidiana da cidade se faz presente nas ondas que banham a Praia, ao ressignificar a Praça enquanto um lugar-praia, um lugar de convívios e trocas que só foram possíveis a partir da experiência lúdica de imaginar uma praia numa praça.

Sobre a concepção deste movimento enquanto sua forma como *praia*, Melo (2014) traz uma discussão sobre o mineiro e sua ausência/saudade do mar como uma motivação para a construção imagética e performática da praia. Ela também apresenta três intervenções que antecederam a Praia da Estação:

(1) a intervenção artística do Grupo Galpão *Queremos Praia!*⁸³:

Figura 42: *Queremos praia!* – Grupo Galpão



Patrícia Azevedo, 1989. Fonte: Melo (2014)

Figura 43: *Queremos praia!* – Grupo Galpão

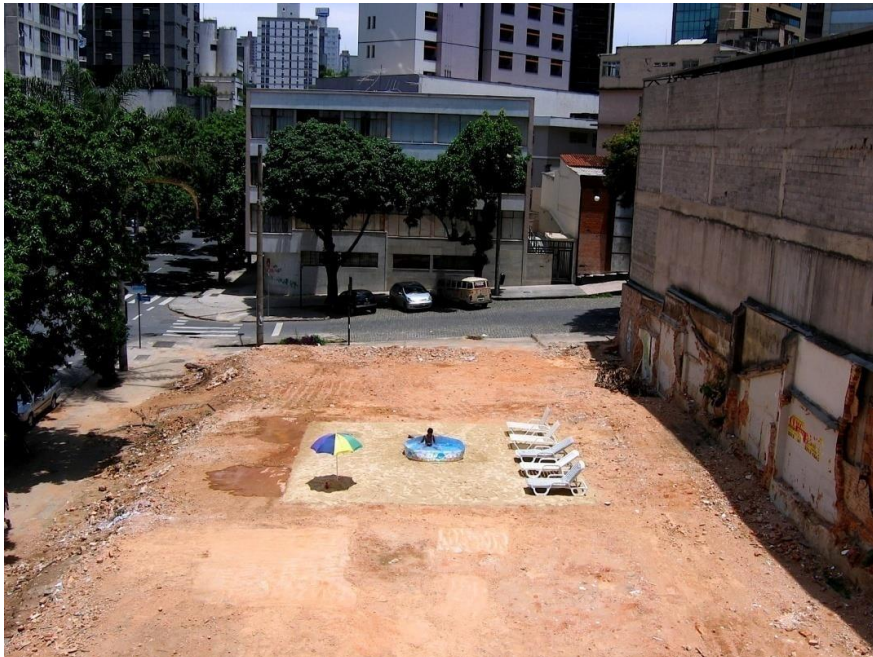


Patrícia Azevedo, 1989. Fonte: Melo (2014)

⁸³ “Queremos praia é fruto das oficinas do Festival de Inverno da UFMG de 1989. Se for correto afirmar que a montagem não deve ser apontada como uma das mais significativas na trajetória do grupo, é igualmente certo apontar sua importância do ponto de vista do significado do espaço na composição de um espetáculo – e também como uma das mais ricas experiências na relação ator/espectador.” (GONTIJO, 2009 apud MELO, 2014, p. 23).

(2) a intervenção urbana *Praia* do coletivo *This Land Your Land*:

Figura 44: Intervenção *Praia*⁸⁴



Coletivo *This Land Your Land*, 2006. Fonte: MELO (2014)

(3) e *A ilha*, intervenção realizada pelo coletivo [Conjunto Vazio]:

Figura 45: *A Ilha* – [Conjunto Vazio]⁸⁵



Coletivo [Conjunto Vazio], 2007. Fonte: MELO (2014)

⁸⁴ “Em 2006 o Coletivo *This Land Your Land*, composto pela dupla de artistas Inês Linke e Louise Ganz, realizou a intervenção urbana *Praia*, uma ocupação que evoca a experiência descontraída da vivência na faixa de areia em plena paisagem urbana ou, mais especificamente, em um de seus hiatos – o lote vago –, área de propriedade privada temporariamente sem uso.” (MELO, 2014, p. 25).

⁸⁵ Mais informações em: <https://conjuntovazio.wordpress.com/2009/12/06/a-ilha/>

Não é ousado afirmar que a soma dessas intervenções culminou na criação da Praia da Estação. Em entrevista a Melo (2014), Paulo Rocha, do coletivo [conjunto vazio] afirma terem se inspirado nas performances das artistas Louise Gans e Inês Linke, como também sabiam da existência da intervenção *Queremos Praia!*⁸⁶. Portanto, a ideia de transformar a praça em praia partiu das experiências deste coletivo⁸⁷ (OLIVEIRA, 2012).

As experiências anteriores levantadas por Melo (2014), bem como a força e longevidade do movimento Praia da Estação reforçam esse saudosismo dos mineiros em relação ao mar. Além disso, destaca-se a presença do caráter lúdico em todas as intervenções: imaginar um mar, uma praia, reinventar um lugar por meio da brincadeira e do lazer coletivo é, sem dúvida, uma experiência lúdica.

Figura 46: Praia da Estação



Elaborada pelo autor, 2018.

⁸⁶ “[...] E começamos nesse debate sobre o ‘Direito à cidade’ que sempre esteve muito presente na cultura *punk* e anarquista da cidade e a gente já sabia do [*happening*] *Queremos praia!*, das performances e vídeos da Louise Gans e da Inês Linke; a gente tinha uma ligação, a gente plagiava isso. Foi uma das referências, e resolvemos fazer de maneira muito despretensiosa. [...]” (ROCHA, Paulo. 30 out. 2013. Entrevista a Thálita Motta Melo) (MELO, 2014).

⁸⁷ “E aí teve a idéia de fazer a praia, que era uma ação do Conjunto Vazio que a gente chama de “A ilha” e que era nas rotatórias. Era uma coisa muito simples assim, simples até demais que a gente fez uma duas ou três. Em rotatórias, que eram espaços em branco da cidade, não tem porquê, no meio não acontece nada, são espaços, é vazios da cidade e tomar banho de sol. [...] A gente propôs a praia, muito despretensiosamente mesmo assim, a gente esperava que teria umas vinte pessoas e teve uma preocupação grande de fazer de maneira anônima e a gente não sabia o que fazer com o decreto. [...]” (ROCHA, Paulo. 31 jun. 2011. Entrevista a Igor Thiago Moreira Oliveira) (OLIVEIRA, 2012).

Uma praia é sempre uma praça, um espaço aberto convidando a manifestações de quaisquer naturezas. A Praia, como movimento espontâneo, lúdico e, principalmente, político, esteve carregada, desde o início, de um potencial de transformação. A Praia, na cidade sem praia, foi feita de corpos políticos, carregados de transitoriedade, de pluralidades e conflito, capazes de se exibir no cimento da modernização conservadora da cidade. (NOGUEIRA, 2013, p. 158).

Uma praia remete, também, a lazer, portanto fica evidente o intuito de vivenciar a cidade por meio de uma perspectiva divertida: brincar nela e/ou *com* ela e, a partir daí, imaginar um outro modelo de espaços públicos na cidade. Além disso, a potência dos corpos que ocuparam a Praça, inicialmente a fim de questionar o decreto, influenciou em iniciativas diversas na cidade – incluindo o crescimento do carnaval de rua. Toda essa força repercutiu na adesão de novos públicos, uma juventude mais periférica e preta, uma diversidade potencializadora de novas perspectivas⁸⁸, contudo é preciso levantar a questão do *porquê* esses grupos não estiveram inclusos em sua concepção. Migliano aponta que, a partir de seu crescimento, as reivindicações da Praia passaram a incluir outros grupos e causas:

Como as profissionais do sexo do baixo centro, dos movimentos pela igualdade e liberdade de gênero, dos moradores e meninos de rua, dos vendedores ambulantes, pipoqueiros e fotógrafos lambe-lambe, dos artesãos da Praça Sete e dos Artesãos da Feira Hippie. (MIGLIANO, 2013, p. 48).

Porém, a crítica de que a Praia é um movimento “elitista” não é nova. Em 2011 o coletivo [Conjunto Vazio] convocou uma edição do *Piscinão de Ramos* na Praça da Rodoviária (Praça Rio Branco) a fim de debater a cidade sob as críticas em relação aos caminhos tomados pelo movimento da Praia da Estação⁸⁹.

⁸⁸ “[...] Eu acho que a partir do ano de 2013, final de 2013, início de 2014, teve uma mudança muito forte do público, com uma ocupação mais periférica, mais negra, de uma juventude mais favelada, o que mudou um pouco o contorno e o recorte da movimentação. Mas sempre de uma maneira muito livre, sem uma estrutura organizada, sem muita orientação, de uma forma bem espontânea mesmo. E esse processo fez com que vários outros movimentos, grupos, se encontrassem, confluissem naquele espaço. Fermentando mesmo, potencializando um espaço de articulação e de construção política. [...]” (BARROS, Rafael. Mai/jun, 2019. Entrevista a Alice Saute Leitão) (LEITÃO, 2019).

⁸⁹ “Sem dúvidas, a ação na Praça da Rodoviária foi uma das ações mais fracassadas do coletivo, mas que acabou por revelar a relevância sobre certos pontos apontados (sic) pelo coletivo sobre como as movimentações na Praia da Estação acabaram por fetichizar o espaço da praça e, por fim, como passaram a nublar muitas outras movimentações na cidade. Inicialmente a proposta da Praia não se destinava a questionar apenas o decreto, mas os incontáveis recrudescimentos que a cidade

Figura 47: Chamada *Piscinão de Ramos* – Coletivo [Conjunto Vazio]



Fonte: Coletivo [Conjunto Vazio]⁹⁰

O fracasso da edição foi sintomático e o coletivo ainda aponta o quanto a não adesão revelou as diferenças entre as duas praças:

Nessa comparação nos parece evidente que a Praça da Rodoviária é um espaço mais “degradado” e principalmente não “reformado”, já que a Praça da Estação contou com enormes reformas nos últimos anos, alterando pintura do prédio, ampliando o espaço do largo em frente para receber eventos, além da mudança de piso, da iluminação e o mais importante, as fontes. Importante frisar que a Praça da Estação conta com o Museu de Artes e Ofícios, uma espécie de museu particular da socialite Angela Gutierrez. Tudo isso colabora para uma visão da Praça da Estação como um espaço mais “habitável” e “limpo”. (Blog [Conjunto Vazio], 2012, *on-line*⁹¹)

passa(va) e que naquela época a proibição da utilização da praça para atividades de “qualquer natureza” era o maior sintoma.” Via [Conjunto Vazio]: <https://conjuntovazio.wordpress.com/2012/12/31/piscinao-de-ramos-em-belo-horizonte/>. Acesso em 02 de jan. de 2021.

⁹⁰ **Fonte:** <https://conjuntovazio.wordpress.com/2012/12/31/piscinao-de-ramos-em-belo-horizonte/>

⁹¹ Disponível em: <https://conjuntovazio.wordpress.com/2012/12/31/piscinao-de-ramos-em-belo-horizonte/>. Acesso em 02 de jan. de 2021.

É pertinente as colocações do coletivo, que pautou sua análise na forma acrítica como a Praia vinha sendo vivenciada. Aqui devemos reconhecer a dificuldade em se manter o seu sentido e motivação iniciais, contudo, ainda assumimos que a Praia se enquadra como um movimento de transformação da cidade por catalisar e ampliar importantes discussões e ações político-culturais, como também por oferecer um lazer gratuito e com capacidade de conscientizar seus praticantes para questões sensíveis, como a luta por mais espaços abertos e democráticos na cidade e, em alguma medida, pelo direito à cidade. Sua dimensão lúdica, expressa, sobretudo, em sua essência como uma praia que nasce na praça, revela um caráter festivo e imaginativo que tornam a Praia um espaço potencial para experiência da ludicidade.

Figura 48: Praia da Estação



Elaborada pelo autor, 2018.

Figura 49: Praia da Estação



Elaborada pelo autor, 2018.

Figura 50: Praia da Estação



Elaborada pelo autor, 2018.

Figura 51: Praia da Estação



Elaborada pelo autor, 2018

Figura 52: Praia da Estação



Elaborada pelo autor, 2018.

8. O carnaval e a força da onda que nasce na praia

*Não põe corda no meu bloco
Nem vem com teu carro-chefe
Não dá ordem ao pessoal*

*Não traz lema nem divisa
Que a gente não precisa
Que organizem nosso carnaval*

[...]

Por um bloco que aumente

O movimento

Que sacuda e arrebente

O cordão de isolamento

João Bosco – Plataforma⁹²

Bakhtin (1987, p. 6) afirma que o carnaval “se situa nas fronteiras entre a arte e a vida. Na realidade, é a própria vida apresentada com os elementos característicos da representação”. Portanto, a ideia da festa em si carrega consigo uma representatividade capaz de incorporar características que o tornam uma relevante expressão cultural, sobretudo por ser considerada uma festa popular.

Não há consenso entre pesquisadores quanto ao início do carnaval na cidade de Belo Horizonte. Alguns afirmam que a folia se iniciou no ano de 1897, ainda no ano de fundação da capital, enquanto outros consideram o ano de 1899 como ano de fundação oficial da festa (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014; PEREIRA FILHO, 2006).

Pereira Filho (2006) demonstra em seu trabalho que o carnaval de rua em Belo Horizonte nasceu de forma segregadora. Segundo ele os espaços simbólicos da cidade eram tomados pelos desfiles das associações de clubes, comandados por uma elite, enquanto as manifestações de caráter mais populares eram controladas e limitadas nas periferias.

Contudo, algo consensual entre esses dois tipos de posicionamentos consistia no receio quanto à ocupação de locais públicos por parte da população mais humilde. Diante dessa real ‘ameaça coletiva’, tanto os moradores dos bairros residenciais como os associados dos clubes tentaram relegar esses anônimos foliões aos espaços da periferia ou aos lugares tidos como ‘do baixo centro’. Era o ano de

⁹² Em: <https://www.youtube.com/watch?v=II33t9SWbnM>

1922 quando fora divulgado o itinerário de um bloco carnavalesco belo-horizontino, cujo nome fora propositalmente ‘esquecido’: as vias públicas Guajajaras, Tamoios e Tupinambás sumarizavam além de um roteiro mais curto, a própria segregação espacial de uma cidade que também se mostrava excludente desde a sua fundação. Assim como a planta da *urbes* buscou delimitar as áreas mais nobres e adaptadas aos padrões de modernização da época, as camadas com maiores poderes políticos e econômicos intentaram conceder espaços físico-simbólicos somente aos festejos tidos como elegantes e civilizados.

Nesse sentido, nada mais adequado do que um carnaval ordeiro e planejado ocupando as ruas largas, retas e arborizadas da capital moderna... (*Ibidem*, 2006, p. 101-102).

A compreensão das características históricas desse processo se dá devido ao fato de que algumas iniciativas carnavalescas continuaram vivas em algumas partes periféricas da cidade durante os anos de silenciamento da festa⁹³. Dessa forma, entendemos que o ressurgimento do carnaval está também ligado a este processo de tentativa de controle da presença de corpos periféricos em espaços enobrecidos da cidade.

Dias (2015) revela que os festejos ressurgem no início da década de 2000, com a criação de alguns blocos, contudo é a partir dos anos de 2009 e 2010 – sobretudo 2010, a partir das movimentações da Praia da Estação – que a festa ganha uma dimensão maior⁹⁴. O que se observou entre esses dez anos foi um crescimento exponencial, tanto no número de blocos quanto de foliões que constroem essa festa coletivamente na cidade⁹⁵. Destaca-se que, além dos belo-horizontinos, a festa também ganhou adeptos provenientes de outros lugares do

⁹³ “Ele [o carnaval] continuava existindo nas periferias, com as escolas de samba e blocos caricatos. Resistia ali nesses espaços de organização comunitária. Mas enquanto experiência da cidade mais ampla, uma experiência viva, ele, por intervenções do próprio poder público, tinha sumido do calendário e da vida da cidade.” (BARROS, Rafael. Mai/jun, 2019. Entrevista a Alice Saute Leitão) (LEITÃO, 2019).

⁹⁴ “Em 2009, foram criados três blocos: o “Tico Tico Serra Copo”; o “Bloco do Peixoto” e o “Bloco do Approach” (BLOCO DA SERRA, 2009; MARQUES, 2009; BLOCO DO APPROACH, [201?]; R7, 2014). No carnaval de 2010, surgiram outros sete (sic) blocos como os pré-carnavalescos “Mamá na Vaca” e “Tetê, a Santa”; os carnavalescos “Filhos de Tcha Tcha”, “Bloco da Praia da Estação” e “Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum” e o pós-carnavalesco “Vira o Santo” (PODIA SER PIOR et al., 2012; CRUZ, 2015; BLOCO DA TETÊ, 2010; BLOCO FILHOS DE TCHA TCHA, [201?]; BLOCO DA PRAIA DA ESTAÇÃO, 2015; MIGLIANO, 2013; BLOCO UNIDOS DO SAMBA QUEIXINHO, [201?]; CARNAVAL DE RUA BH, 2015).” (DIAS, 2015, p. 119).

⁹⁵ O crescimento entre esses dez anos de festa é notório: em 2010 dez blocos desfilaram nas ruas da cidade, enquanto que em 2020 mais de quinhentos blocos foram responsáveis por espalhar os festejos carnavalescos pela cidade, de acordo com informações da Belotur.

estado, do país e do mundo, como demonstrou a pesquisa amostral de Belotur de 2019⁹⁶.

O que chama a atenção no ressurgimento dessa festa na cidade é a forma horizontal e popular como ela foi concebida. A Prefeitura de Belo Horizonte, que a princípio se mostrou repressora diante das primeiras manifestações, viu-se obrigada a incluir o carnaval como um evento oficial da cidade – tanto pela pressão do rápido crescimento da festa, quanto pelos interesses financeiros que surgia como potencialidade – e, com isso, fornecer alguma estrutura para a festa. As brincadeiras que se iniciaram com alguns blocos de forma despreziosa – mas com algum engajamento –, reunindo um número limitado de pessoas, se expandiu por toda cidade, somando no ano de 2019 um total de 410 blocos de rua⁹⁷.

Não podemos deixar de notar dimensão política presente neste ressurgimento do Carnaval de Belo Horizonte, seja por questões burocráticas relacionadas ao uso dos espaços da cidade, segurança e controle de público, entre outros – que, em certa medida são aceitáveis, não fosse pelo fato de que algumas exigências são absurdas ou não dizem respeito ao caráter puramente técnicos – ou por questões filosófico-ideológicas que fizeram parte da construção da retomada do carnaval de rua da cidade.

No carnaval de 2020, por exemplo, pela primeira vez, desde a retomada dos festejos de rua, a Polícia Militar de Minas Gerais impediu que os carros de som adaptados – já utilizados em anos anteriores e por vários blocos – desfilassem em cortejo. A questão alegada era a segurança e o desacordo da documentação no órgão estadual responsável, o DETRAN-MG⁹⁸. Torna-se evidente uma tentativa de burocratização a fim de desmobilizar uma festa que nasceu de forma horizontal e com a pretensão de ser aberta e democrática.

⁹⁶ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/observatorio-do-turismo/carnaval>. Acesso em: 02 de jan. de 2021.

⁹⁷ Dados da Belotur. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/carnaval/muita-historia>
Diante dessas ações, metade dos blocos foram prejudicados e tiveram que buscar uma readequação, incluindo o bloco Juventude Bronzeada que chegou a anunciar o cancelamento do seu cortejo.

⁹⁸ Ver mais em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/02/18/carnaval-de-bh-pode-ser-prejudicado-por-nova-exigencia-da-pm>

Figura 53: Faixa de protesto no cortejo do bloco Juventude Bronzeada



Elaborada pelo autor, 2020.

Neste último ano a presença da polícia militar foi algo que chamou atenção na região da Pampulha, onde acompanhei o cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte. Havia ali vários pontos de observação e policiamento, bem como um helicóptero (pertencente à Polícia Civil de Minas Gerais) sobrevoando a área. Algo que, comparado a outros cortejos que acompanhei no mesmo ano, pareceu-me excessivo.

Embora não tenha havido nenhum registro de atuação abusiva ou repressão por parte deles nesta ocasião, é comum a denúncia de casos neste sentido por parte dos foliões em anos anteriores. É preciso destacar, também, que no ano de 2019 este mesmo bloco denunciou censura, por parte da polícia militar, devido a manifestações políticas que ocorreram durante o cortejo⁹⁹. Ora, como controlar uma manifestação política em uma festa que teve seu ressurgimento marcadamente vinculado a questões políticas?

⁹⁹ Mais informações em: <https://jornalistaslivres.org/pm-censura-manifestacoes-contra-bolsonaro-durante-carnaval-de-belo-horizonte/>

Figura 54: Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte



Elaborada pelo autor, 2020.

Figura 55: Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte



Elaborada pelo autor, 2020.

Figura 56: Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte



Elaborada pelo autor, 2020.

Figura 57: Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte



Elaborada pelo autor, 2020.

Figura 58: Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte



Elaborada pelo autor, 2020.

Figura 59: Policiamento no cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte
(helicóptero da Polícia Civil – MG)



Elaborada pelo autor, 2020.

A ocupação das ruas da cidade, que foi um motivo de contestação no início por parte da Prefeitura, é uma característica que torna o carnaval um movimento capaz de ampliar vozes, dar visibilidades a lutas distintas, contestar injustiças, entre outros. Muitos blocos, inclusive, nasceram com este intuito, o de lutar por direitos por meio da estética do carnaval com pautas que passeiam na luta contra o racismo, a LGBTfobia, o fim das desigualdades de gênero, direito a terra e moradia, a diminuição da desigualdade social, etc.; além de apoiarem causas como, por exemplo, a descriminalização da maconha e valorização das profissionais do sexo como forma de humanização das relações deste trabalho tão estigmatizado.

A expansão do carnaval de rua também é vista no que diz respeito a sua espacialidade. Embora a maioria dos blocos de rua ainda se concentrem na região Centro-sul, é possível observar algumas iniciativas que vão contra essa lógica: como exemplos o bloco Pena de Pavão de Krishna (PPK) já saiu nas ruas da região do Barreiro, o Tchanzinho Zona Norte é conhecido por arrastar multidões na região Norte da cidade e o bloco Filhos de Tcha Tcha é conhecido por desfilar em ocupações urbanas como a Izidora, na região Norte, Eliana Silva e Paulo Freire, na região do Barreiro.

Um outro ponto que chama atenção é a forma como a maioria dos blocos buscam financiar seus cortejos, que acredito ser pela escassez da verba disponibilizada pela Prefeitura, aliado ao interesse em gerar alguma receita a mais para o bloco. O fato é que as marcas produtoras de bebidas têm tomado conta no apoio aos blocos de rua do carnaval de Belo Horizonte e, obviamente, todo dinheiro investido será cobrado como contrapartida. O receio maior é que, com o passar tempo, o carnaval se torne uma festa enobrecida e paga.

Contudo, o que se ainda observa nos dias atuais é que o direito de poder carnavalizar a cidade de forma livre e democrática está intrínseco na pauta da maior parte dos blocos que saem às ruas para brincar na/com a cidade. Aqui reconhecemos a dimensão lúdica nas fantasias *do* carnaval, não aquelas que vestem nos corpos, mas as que fazem parte dos sonhos de mudanças que esses corpos trazem como reivindicação ao ocuparem as ruas da cidade.

Bakhtin (1987) defende que o carnaval é o espaço da liberdade, segundo ele (p. 6) “durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da *liberdade*”. Contudo, é o sentido lúdico de *liberdade* que está presente na festa, uma vez que a plenitude dessa liberdade esbarra em diversas

questões éticas, morais e até materiais, sobretudo quando essa liberdade afeta os direitos de outras pessoas.

Por fim, destacamos que o senso de coletividade em prol do acontecimento da festa, dada a sua horizontalidade, demonstra o forte engajamento das pessoas envolvidas na busca de um objetivo comum. Assim, a potencialidade desta coletividade pode ser capaz de suscitar outras formas de lutas na cidade, bem como consciencializar mais pessoas para essas lutas.

*Quantas voltas com você,
a pele vive as glórias
do relógio e suas horas.
O corpo é o que nele se fez.
[...]
Os cantos, blocos, entoados
sob o sol, em fevereiro
sob o sol, os nossos erros
sob o sol, o nosso fado, o nosso enredo
sob o sol.
A fase rosa – Quantas voltas¹⁰⁰*

¹⁰⁰ Em: https://www.youtube.com/watch?v=9D_cvL8DJHw

Figura 60: Cortejo do bloco Monobloco



Elaborada pelo autor, 2019.

Figura 61: Cortejo do bloco Monobloco



Elaborada pelo autor, 2019.

Figura 62: Cortejo do bloco Monobloco



Elaborada pelo autor, 2019.

Figura 63: Cortejo do bloco Tchanzinho Zona Norte



Elaborada pelo autor, 2020

Figura 64: Cortejo do bloco Baianas Ozadas



Elaborada pelo autor, 2020.

Figura 65: Cortejo do bloco Baianas Ozadas



Elaborada pelo autor, 2020

Figura 66: Cortejo do bloco Juventude Bronzeada



Elaborada pelo autor, 2020

Figura 67: Cortejo do bloco Baianas Ozadas



Elaborada pelo autor, 2020.

*Eu quero é botar meu bloco na rua
Brincar, botar pra gemer
Eu quero é botar meu bloco na rua
Gingar, pra dar e vender*
Sérgio Sampaio – Eu quero é botar meu bloco na rua¹⁰¹

*Faltou faltar, a falta é o que move e o vazio é o lugar
do carnaval...*

*E o frevo é a lembrança de outro amor.
Quem chora, sacode e roda dor.
Somos filhos do Carnaval.*
A fase rosa – Colorida¹⁰²

¹⁰¹ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=ADvoOb0VHtg>

¹⁰² Em: <https://www.youtube.com/watch?v=WLPImtLpa-U>

9- Encerrar o que não tem fim...

Em suma, uma pesquisa nunca se encerra, quando não há a possibilidade de uma continuidade óbvia ela se transforma, se desdobra ou se reinventa em outras, motivando a construção de novas abordagens e métodos. Além disso, permanecem os sujeitos, os espaços, os fenômenos, etc. mesmo que, também, em constante transformação.

Hissa (2013) nos aponta os desacordos entre o tempo da *universidade-fábrica* e o tempo da pesquisa. É como dizer que as universidades e as pesquisas também seguem a lógica capitalista de produção: *você vale pela sua produção e pelo tempo que consegue produzi-la*. E nem sempre a qualidade é levada em conta, mas a *quantidade*.

Refiro-me, aqui, novamente, à produção de dissertações e de teses na universidade moderna e ocidental. Prazos pressionam a leitura, a reflexão e a escrita. Imagina-se, aqui, que a ampliação da rapidez da produção – que nos levaria à ideia da ampliação da produtividade – resultaria da velocidade de leitura, reflexão e escrita. Há um óbvio equívoco. A rapidez da produção de teses e de dissertações é o elogio da indústria – incapaz de zelar pela qualidade – e a negação não exatamente da lentidão, mas da sabedoria, do *aprender a fazer*, intrínseca ao exercício de encantar as palavras, de buscar palavras que representam ideias e de construir argumentos. A pressão em prol da rapidez é o movimento que nos retira a concentração, a motivação, o prazer, a paixão pelo que se cria. A pressão em prol da rapidez transforma a pressão em velocidade insuportável que nos subtrai o movimento necessário à criação, à leitura das coisas, à arte de interpretar. (HISSA e MELO, 2011, p. 266-267).

Refletimos, neste trabalho, sobre o papel de algumas ações de lazer na cidade de Belo Horizonte nas reivindicações políticas pelo direito à cidade. Assim, buscamos entender de que forma o caráter lúdico do lazer pode ser usado como instrumento de luta em favor da oferta de espaços mais democráticos em Belo Horizonte.

Retomando um pouco do que foi discutido, trazemos as considerações de Hissa, que afirma que “na cidade, as densas relações entre os indivíduos estimulam o conflito e a contradição, mas, também, a aproximação entre o eu e o outro” (2006, p. 90). Entendemos que a busca por essa (re)aproximação deve ser considerada em

um contexto revolucionário de recriação de formas de vida cidadina. Como já propuseram Henri Lefebvre e David Harvey ao discorrerem sobre o direito à cidade.

Além disso, aqui acreditamos na possibilidade de um lazer libertador, que seja resultado da superação da dicotomia trabalho X lazer. Além da possibilidade da ampliação do tempo disponível de lazer para seu usufruto de maneira mais humana, por meio da valorização da cultura e das artes, tal como defendia Lafargue (2003). É, também, por meio dessa nova concepção de lazer que as lutas urbanas devem se pautar.

Assim, identificamos uma contraposição na ideia do lazer voltado para aferição do lucro capitalista além da ideia de controle/alienação da ocupação do tempo livre dos cidadãos. O que pudemos observar nos movimentos analisados em Belo Horizonte é que eles promovem um lazer democrático nos espaços públicos propiciando o surgimento de discussões e lutas diversas, destacando-se, sobretudo o caráter horizontalizado e espontâneo de seus surgimentos. Há que se destacar, também, que diferentemente dessa experiência de lazer massificado pela modernidade, as atividades lúdicas – que também são políticas, artísticas, culturais, entre outros – desenvolvidas ali em prol de um espaço público mais democrático na Praça da Estação tendem a fortalecer a experiência da alteridade urbana na cidade.

Reconhecemos, porém, a necessidade de um lazer que, primeiramente, não seja um instrumento da reprodução capitalista do/no espaço, tampouco seja um instrumento de reprodução do capital por meio da alienação e controle do “consumo do lazer”. Ademais, que contribua com uma retomada do sentido da cidade como espaço de convívio cidadão e, sobretudo, contribua para um exercício real de democracia.

Portanto, acreditamos que o Duelo de MC's, a Praia da Estação e o Carnaval de rua em Belo Horizonte se mostram como caminhos possíveis para a construção de resistências urbanas “não-convencionais”; bem como abre a possibilidade de novas cotidianidades lúdicas em espaços especialmente simbólicos da cidade.

Identificamos, nesses movimentos, a importância do papel dos sujeitos enquanto produtores de resistências aos processos de intensificação do modelo neoliberal nos espaços. Harvey (2014) ao analisar alguns movimentos de ocupação dos espaços públicos pelo mundo (como occupy Wall Street, a Primavera Árabe, os indignados da Espanha, entre outros), afirma que a presença coletiva dos corpos é a alternativa de oposição mais eficaz ao se esgotar outros meios de manifestação.

Para ele, Lefebvre tinha razão ao insistir que “a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada” (HARVEY, 2014, p. 66).

*Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juro, juro
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Este samba no escuro
Chico Buarque – Apesar de você¹⁰³*

¹⁰³ Em: <https://www.youtube.com/watch?v=LZJ6QGSpVSk>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Tradução: Juba Elisabeth Levy, *et al.* 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____, Theodor W. **O ensaio como forma**. In: ADORNO, T. W. *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge M. B. de Almeida. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. **“Ei, Polícia, a Praia é uma Delícia”**: rastros de sentidos nas conexões da “Praia da Estação”. Dissertação de Mestrado em Comunicação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. 167p.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Boitempo**: esquecer para lembrar. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

ANDRADE JÚNIOR, Luiz F. Campos. **Ocupa Belo Horizonte**: cultura, cidadania e fluxos informacionais no Duelo de MCs. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação. Belo Horizonte: ECI-UFMG, 2013.

ANDRÉS, Roberto. Prefeitura de Belo Horizonte inaugura Barreira de Proteção ao Patrimônio na Praça da Estação. Vitruvius, 119.03, ano 10, Belo Horizonte, jun., 2010. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.119/3461> Acesso em: 15 de dez. de 2019.

ARANTES, Otília B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

AUGÉ, M. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5 ed. Campinas: Papirus, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Trad.: Yara Frateschi Vieira. São Paulo; Brasília: Hucitec; Editora da UnB, 1987.

BELO HORIZONTE. **Centro Vivo Completo**. Prefeitura de Belo Horizonte, s/d. 48 slides, color. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf. Acesso em: 10 de dez. 2020.

BENJAMIN, W. **Infância em Berlim por volta de 1900**. In: *Obras Escolhidas II: Rua de mão única*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Iorriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BERQUÓ, P. B. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em belo horizonte**: entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. EAD-UFMG, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CAMPOS, J. P. F. **Heterotopias urbanas**: Arte, Paisagem e Rebelião em Belo Horizonte. Anais do 7º *Seminário Mestres e Conselheiros: Agentes multiplicadores do patrimônio*. Belo Horizonte, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. **O consumo do espaço**. In: *Novos caminhos da Geografia*, São Paulo, Editora Contexto, 1999, p.173-186.

_____, Ana Fani A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

_____, Ana Fani A. **Henri Lefebvre**: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v.11, n.01, 2020, p. 349-369. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v11n1/2179-8966-rdp-11-01-349.pdf>. Acesso em: 28/11/2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48199>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

DAMIANI, Amelia Luisa. **Turismo e Lazer em Espaços Urbanos**. In: Adyr Balastrieri Rodrigues. (Org.). *Turismo. Modernidade. Globalização*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 46-54.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DEBORTOLI, José A. O. **Com olhos de crianças**: a ludicidade como dimensão fundamental da construção da linguagem e da formação humana. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 1999, p. 105-117.

DIAS, Paola L. C. **Sob a “lente do espaço vivido”**: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. Dissertação de mestrado. Escola de Arquitetura – UFMG. Belo Horizonte, 2015. 201p.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

GOMES, Christianne L. **Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. Tese de doutorado em Educação. Belo Horizonte: FaE - UFMG, 2003.

FALCÃO, Denise. **MÚSICOS DE RUA: luzes e sombras sobre uma prática social contemporânea no Rio de Janeiro e em Barcelona**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: EEFETO-UFMG, 2017.

_____, Denise. **OCUPAR O ESPAÇO PÚBLICO!** Os músicos de rua e a luta pelo direito à cidade. *Licere*, Belo Horizonte, v.21, n.4, dez/2018.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, 400p.

GONTIJO, Bernardo Machado. **A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O Caso de Lapinha**. Tese de Doutorado. Brasília: CDS/UnB, 2003.

HARVEY, David. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982, 478p.

_____, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____, David. **O direito à cidade**. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____, David. *et al.* **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HISSA, Cássio E. V. **Ambiente e vida na cidade**. In: BRANDÃO, Carlos A. Leite (org.) *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HISSA, Cássio E. Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 197p.

HISSA, Cássio E. V. MELO, Adriana. **Sobre o ensaio**. In: HISSA, Cássio E. V. (Org.) *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 251-275.

HISSA, Cássio E. V.; NOGUEIRA, Maria L. M. **Cidade-corpo**. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 54-77, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2674>. Acesso em 20 out. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2013.2674>

HOFFMAN, Felipe E. **Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte.** *Cadernos Metr pole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 537-563, nov 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962014000200537&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 de ago. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3211>.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, média.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INEZ, Ana Cláudia S. **“EI LACERDA! SEU GOVERNO   UMA #%\$&*!”: repertórios de a o coletiva e performance na dinâmica de afirma o pública do movimento F ra Lacerda.** Disserta o de mestrado em Comunica o Social. Belo Horizonte: Fafich, 2016.

JACQUES, Paola B. **Breve histórico da Internacional Situacionista – IS.** *Arquitextos*. São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

JACQUES, Paola B. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2012, 331p.

JAYME, J. G. TREVISAN, E. **Interven es urbanas, usos e ocupa es de espaços na região central de Belo Horizonte.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, maio-ago., 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11933>. Acesso em: 10 de out. de 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2012.2.11933>.

KURZ, Robert. **A degrada o da cultura.** Tradu o: José Marcos Macedo Folha de São Paulo: mar. 1998. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz30.htm>. Acesso em: 26 de out. de 2020.

KURZ, Robert. **A ditadura do tempo abstrato: sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer.** Apresentado no V Congresso Mundial de Lazer, São Paulo, 1999. Síntese parcial do texto *Die Dikatur der abstrakten Zeit em Feierabend! Elf Attacken gegen die Arbeit*, Hamburg, 1999a. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz41.htm> acesso em: 10 de set. de 2019.

KURZ, Robert. **A expropria o do tempo: falta de tempo e acelera o na cultura non-stop.** Do original: *Die Enteignung der Zeit*. Tradu o: José Marcos Macedo. Folha de São Paulo: jan. 1999. <http://www.obeco-online.org/rkurz29.htm>. Acesso em 10 de set. de 2019.

LAFARGUE, Paul. **O direito   preguiça.** São Paulo: Editora Claridade, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Quand la ville se perd dans une m tarmorphose plan taire.** *Le Mond Diplomatique*. Paris: mai. 1989. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1989/05/LEFEBVRE/41710>. Acesso em 24 ago. 2019.

_____, Henri. **The production of space**. Trad.: Donald Nicholson-Smith. Oxford, Reino Unido: Blackwell Publishing, 1991.

_____, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____, Henri. **O direito a cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, 192p.

LEITÃO, Alice S. **Entre espetacularização e democratização**: projetos e ações culturais para as cidades. Dissertação de mestrado: Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da UFSJ. São João del Rei: UFSJ, 2019, 114p.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 24, 2008, pp. 109 - 123.

LUCHIARI, Maria Tereza. **Urbanização turística, um novo nexu entre o lugar e o mundo**. In: CRUZ, Luiz (org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112p.

MARTINS, Sérgio. **Lazer, urbanização e os limites da cidadania**. ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M. A. (orgs.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 136-163.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. (1953 [1865]) Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada em 1953 pela *Ediciones en Lenguas Extranjeras*, Moscou. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000077.pdf> acesso em: 15 de setembro de 2019.

_____, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

_____, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. 2ª reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004 [1982].

MELO, Adriana F. **O lugar-sertão**: grafias e rasuras. Dissertação de mestrado em Geografia. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 2006.

MELO, Thálita M. **PRAIA DA ESTAÇÃO**: carnavalização e performatividade. Dissertação de mestrado em Artes. Belo Horizonte: EBA-UFMG, 2014.

MELO, Victor A. ALVES JUNIOR, Edmundo de D. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. História & turismo cultural. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. v. 1. 127p.

MIGLIANO, Milene. **PRAIA DA ESTAÇÃO COMO AÇÃO POLÍTICA**: relato de experiências, envolvimento e encontros. *Redobra*, n. 11, ano 4, 2013.

MIRANDA, A. S. **A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte**: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. EAD-UFMG, 2007.

MOESCH, Marutschka. **Turismo e lazer**: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papyrus, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. **Belo Horizonte**: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR / PBH, 1994.

MORAES, Fernanda Borges. **Padrões de gestão e produção do espaço urbano e metropolitano no Brasil**: trajetórias e tendências. *IV Seminário de história da cidade e do urbanismo*, 1996.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2005. 350p.

NOGUEIRA, Maria Luísa M. **Espaço e subjetividade na cidade privatizada**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia. IGC-UFMG, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Igor T. M. **Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado em Educação. Belo Horizonte: FaE-UFMG, 2012.

OURIQUES, Helton R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Alínea, 2005.

PEREIRA FILHO, Hilário F. **Glórias, conquistas, perdas e disputas**: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2006.

PHILO, Chris. **História, geografia e o "mistério ainda maior" da geografia histórica**. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). *Geografia*

Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Editora Jorge Zahar. Ed. 1. Rio de Janeiro, 1996. 312p.

PINA, Margarida E. **Sous les pavés la plage**. Carnets [Online], Segunda série – 19, maio 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/carnets/11601>; Acesso em 21 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/carnets.1160>.

PINHEIRO, Janaina Marx. **(Re) apropriando a centralidade na metrópole**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: EAD-UFMG, 2014.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Mais de mil integrantes de blocos caricatos estarão em ação no carnaval. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, MG, 28 fev. 2014. ano 20. ed. 4509. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1116939>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

RAGGI, Mariana G. **Travessias modernas. Para além de uma representação: legados socioespaciais da modernidade na produção do espaço urbano de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia, São Paulo, 2015. 310p.

RAGO, Margareth. **Inventar outros espaços, criar subjetividades libertárias**. São Paulo: Editora da Cidade, 2015. 70p.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. In: Novaes, A. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____, Jacques. **A Partilha do sensível: estética e política**. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org. Ed. 34, 2005: 72p.

_____, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Trad.: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____, Jacques. **O expectado emancipado**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REIS, José. **Uma epistemologia do território**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005, pp. 51-74.

RESENDE, Pedro H. M. **Fantasmagorias na metrópole: ensaios críticos a partir do circuito cultural praça da liberdade em Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014. 284 p.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Homens lentos, opacidades e rugosidade**. *Redobra*, Salvador, n° 9, ano 3, 2012, pp. 58-71. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/?page_id=2. Acesso em: 25 de out. de 2020.

ROCHA, Eliza E. R. B. **A Pesquisa Participante e seus Desdobramentos - Experiências em Organizações Populares.** *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.* Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos8.pdf> Acesso em: 12 de nov. de 2017.

ROLNIK, R. **O lazer humaniza o espaço urbano.** In: SESC SP. (Org.). *Lazer numa sociedade globalizada.* São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. 92 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2006.

_____, M. A totalidade do diabo. Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia espacial. Críticas e alternativas.** São Paulo: Hucitec, 1977.

_____, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____, Milton. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____, Milton. **Por uma Geografia Nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 3º Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2016. 320 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

URRY, John. **O olhar do turista.** São Paulo: Ed. Studio Nobel. 1996.